

TERMO DE REFERÊNCIA

RETIFICADO APÓS DECISÃO NO PROCESSO TC-019866.989.25-4 – TCE-SP, 25/03/2026

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente documento apresenta os elementos que servirão como referência para a concessão onerosa dos serviços de implantação, gestão e manutenção do estacionamento rotativo em vias públicas do Município de Araçatuba, Estado de São Paulo (“Zona Azul”), que abrange a implantação e manutenção da sinalização horizontal e vertical necessárias à operação do sistema.

1.2. Os elementos deste termo devem estar em conformidade com a legislação federal, estadual, municipal, termos do edital, contrato, termo de referência e demais anexos.

1.3. Eventuais alterações do modelo que não forem facultativas deverão ser previamente comunicadas ao PODER CONCEDENTE, acompanhadas de justificativa técnica, que será analisada nos termos do Contrato de Concessão. As modificações não poderão deixar de observar os requisitos mínimos estabelecidos.

2. DO OBJETO

2.1. Concessão onerosa da prestação dos serviços de implantação, gestão e manutenção do estacionamento rotativo em vias públicas do Município de Araçatuba, Estado de São Paulo, tendo por base a Lei Municipal nº 7.377, de 22 de junho de 2011, o Decreto Municipal nº. 15.856, de 17 de outubro de 2011, e legislação correlata.

2.2. A CONCESSIONÁRIA será responsável pela instalação e manutenção da sinalização de todas as vagas existentes nos trechos do sistema de estacionamento rotativo, remuneradas ou não. A CONCESSIONÁRIA também será responsável pela sinalização temporária durante a execução dos serviços de sinalização viária, em conformidade com as normas do CONTRAN.

2.3. A operação do sistema de estacionamento rotativo pela CONCESSIONÁRIA deverá ocorrer por meio de sistema informatizado de gestão com o uso de equipamentos e plataformas integradas, que permitam a emissão aos usuários de tempos de estacionamento (tíquetes), admitindo pagamento pelo menos através de dinheiro em espécie, cartões de débito, cartões de crédito, boleto e Pix, podendo haver outros meios adicionais de pagamento, a critério da CONCESSIONÁRIA, com disponibilização de informações financeiras em tempo real para o PODER CONCEDENTE, incluindo projeto e implantação da sinalização e demais serviços correlatos e de controle da fiscalização do contrato de concessão.

3. DO PRAZO DA CONCESSÃO

3.1 - 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do PODER CONCEDENTE, nos termos da Lei Municipal nº 5315, de 18 de agosto de 1998.

Lei Municipal nº 5315, de 18 de agosto de 1998

(...)

Art. 3º – O prazo de concessão do serviço público previsto no inciso I, do art. 1º, da Lei Municipal nº 5315, de 14 de agosto de 1998, será de 10 (dez) anos, podendo ser renovado por igual período, a critério do poder concedente.

Parágrafo único. Ao final do contrato de concessão, as benfeitorias e equipamentos necessários para a execução dos serviços de controle do sistema de estacionamento rotativo, ficarão incorporados ao patrimônio público municipal, sem ônus para o Município. (Redação dada pela Lei nº 7438/2011)

Art. 4º - Findos os prazos das concessões a que se refere a presente Lei, os bens e os direitos vinculados à prestação dos correspondentes serviços passam à disponibilidade do Poder Público.

4. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONCESSÃO

4.1. A fundamentação da concessão está pautada nos seguintes dispositivos principais:

Constituição Federal

(...)

Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

Parágrafo único. A lei disporá sobre:

I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;

II - os direitos dos usuários;

III - política tarifária;

IV - a obrigação de manter serviço adequado.

Lei Federal nº 9503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro

(...)

Art. 24. Compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios, no âmbito de sua circunscrição:

(...)

X - implantar, manter e operar sistema de estacionamento rotativo pago nas vias;

Lei Municipal nº 5315, de 18 de agosto de 1998

Art. 1º – Fica o Executivo Municipal de Araçatuba autorizado a conceder, através de contratação de empresas especializadas e mediante licitação, a execução dos seguintes serviços públicos:

I - sistema de estacionamento rotativo (Área Azul);

Lei Municipal nº 7377, de 22 de junho de 2011

Art. 1º – Fica estabelecida a adoção do Sistema de Estacionamento Rotativo, devendo o Executivo Municipal, através de decreto, regulamentar a sinalização das vagas, a fixação dos preços ou tarifas, formas de cobrança (manual ou eletrônica) e outras questões pertinentes.

Parágrafo único. A adoção do Sistema de Estacionamento Rotativo não tem o condão de garantir segurança, mas somente a rotatividade das vagas de estacionamento na via pública, permitindo a utilização destas por diversos municípios ao longo do dia.

5. DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS E DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. O presente termo tem como objetivo definir regras gerais para a concessão da prestação dos serviços de operação e gestão das vagas de estacionamento rotativo localizadas em vias públicas do Município de Araçatuba.

5.2. Dentro dessa perspectiva, a proposta do PODER CONCEDENTE consiste na especificação de um sistema de estacionamento regulamentado, objetivando primordialmente a rotatividade do uso das vagas, facilidade na utilização pelos usuários e controle eficiente na fiscalização do contrato de concessão.

5.3. A principal motivação para a implantação do sistema é a rotatividade das vagas de estacionamento nas áreas tarifadas, com determinação do tempo máximo de permanência, ofertando de forma igualitária a possibilidade de estacionamento nas vagas públicas. Outro fator importante é a implantação de tecnologia que permita o apoio à fiscalização por videomonitoramento pelos agentes de trânsito do PODER CONCEDENTE, visando dar eficiência e aumentar a taxa de respeito do sistema.

5.4. São ainda objetivos do procedimento: fomentar as atividades econômicas de prestação de serviços e de comércio, reduzir o tempo de circulação de veículos em busca de vagas para estacionamento, reduzir o trajeto de pedestres com mobilidade reduzida, reduzir impactos ambientais de emissão de poluentes, reduzir congestionamentos, melhorar fluidez do tráfego e melhorar a sinalização viária.

5.5. Objetiva-se ainda a facilidade no pagamento das tarifas pelos usuários, através de meios eletrônicos ou na forma de atendimento presencial, para os usuários que tenham dificuldade com os meios digitais.

5.6. A disponibilização do conjunto de informações contida no termo de referência, edital e demais anexos objetiva prover os elementos mínimos necessários à formulação de propostas para os serviços a serem executados, na implantação, gestão e operacionalização de um sistema de estacionamento rotativo para a Cidade de Araçatuba.

5.7. A CONCESSIONÁRIA deverá realizar estudos para o levantamento da situação e adequação dos locais contemplados com a solução, provendo toda a estrutura e insumos necessários à prestação dos serviços.

5.8. Durante o prazo de vigência do contrato, a CONCESSIONÁRIA deverá aumentar ou diminuir a quantidade de vagas de estacionamento rotativo sempre que houver necessidade e sempre visando o interesse da coletividade, seja por solicitação própria da CONCESSIONÁRIA ou do PODER CONCEDENTE.

5.9. Qualquer alteração, ampliação ou redução do número de vagas, deverá ser precedida de mapa, a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e autorizado pelo PODER CONCEDENTE.

5.10. Para a expansão do sistema deverá sempre ser observada a legislação em vigor, os requisitos mínimos do objeto do contrato e a existência de decreto municipal criando as vagas.

5.11. Em qualquer caso, deverão sempre ser observadas e preservadas as condições existentes à época da licitação e respeitado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

5.12. Considerando a implantação de um sistema de estacionamento rotativo baseado na operação terceirizada através de concessão pública, e cujo investimento recai exclusivamente sobre a CONCESSIONÁRIA, a automação deste sistema pretende alcançar os seguintes objetivos: implantação de fiscalização das vagas por videomonitoramento, nos termos da Resolução CONTRAN, eficiência de custos de operação, qualidade dos serviços prestados aos usuários, melhoria das condições de trânsito, diversidade e facilidade dos meios para pagamento das tarifas, ampla publicidade de funcionamento do sistema aos usuários, disponibilização de ferramentas para controle e gestão do sistema de estacionamento rotativo, emissão de informações e estatísticas a serem utilizadas pela Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana na elaboração de projetos para melhoria de trânsito e mobilidade.

6. DAS CARACTERÍSTICAS GERAIS E DO MODELO DE CONCESSÃO

6.1. A CONCESSIONÁRIA deverá dimensionar solução tecnológica para controle do uso remunerado das vagas de estacionamento rotativo de forma a prover uma solução completamente funcional e em perfeitas condições de operação.

6.2. O modelo consiste em conjunto de softwares, equipamentos e processos que irão gerir e efetivar o funcionamento e a operação do sistema de estacionamento rotativo remunerado, suas atividades de supervisão e fiscalização, arrecadação e interface de comunicação com os sistemas eletrônicos emissores de tíquetes, podendo ser realizado por tíquetes virtuais (com possibilidade de impressão e reimpressão, envio de recibos por SMS), com pelo menos as seguintes forma de disponibilidade para o pagamento das tarifas pelo usuário:

6.2.1. Pontos Fixos de Vendas - PV's.

6.2.2. Aplicativo (APP) para "smartphone".

6.2.3. QR Code para pagamento de tarifas sem necessidade de baixar aplicativos

6.2.3. Terminal de auto atendimento tipo totem.

6.2.4. Terminais portáteis através dos colaboradores da CONCESSIONÁRIA.

6.2.5. Plataforma de 0800 - SMS.

6.2.6. Cartão de estacionamento – Smartcard.

6.2.7. Parquímetros.

6.2. As modalidades acima especificadas perfazem os requisitos mínimos para a disponibilização aos usuários de meios de pagamentos das tarifas (aquisição de tíquetes ou períodos de estacionamento) e não restringem a CONCESSIONÁRIA de implementar outras formas, desde que previamente aprovadas pelo PODER CONCEDENTE.

6.3. A fiscalização do contrato de concessão será exercida pelo PODER CONCEDENTE, através da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, que será o órgão gestor do contrato.

6.4. A CONCESSIONÁRIA terá como receitas financeiras os pagamentos das tarifas pelos usuários do sistema de estacionamento rotativo.

6.5. Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, o valor das TARIFAS deverá observar as regras do REAJUSTE e da REVISÃO previstas na Lei Federal n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, na legislação municipal pertinente à matéria, na Lei Federal n.º 14133, de 01 de abril de 2021, no Contrato e nos demais documentos legais pertinentes, visando principalmente o equilíbrio da modicidade para o usuário e a sustentabilidade financeira da CONCESSIONÁRIA durante todo o prazo de vigência do contrato.

6.6. A modicidade tarifária também deverá ser considerada no reajuste, com vistas à preservação do poder aquisitivo da população e das condições da economia local.

6.7. A CONCESSIONÁRIA deverá efetuar o repasse contratual mensal ao PODER CONCEDENTE e protocolar no sistema de protocolo geral do PODER CONCEDENTE, via Internet, um relatório contábil onde conste, no mínimo, o demonstrativo da quantidade de tíquetes vendidos e regularizações (Avisos de Tolerância) e as respectivas arrecadações, da arrecadação total, dos pagamentos dos tributos e o percentual contratual repassado.

6.8. A qualquer tempo, o PODER CONCEDENTE deverá ter a possibilidade de conferir e auditar o sistema, acessando os registros das transações operacionais e os pontos de controle e verificação, bem como todos os registros e controles administrativos e financeiros referentes à exploração dos serviços objeto da concessão, devendo a CONCESSIONÁRIA possuir um sistema capaz de possibilitar esta auditoria, rastreando todos os eventos pertinentes às coletas e movimentação de arrecadação ocorrida diariamente. No caso de necessidade de maiores

esclarecimentos sobre as operações e controles administrativo-financeiros realizados pela CONCESSIONÁRIA, o PODER CONCEDENTE poderá solicitar a contratação de empresa para executar as atividades de auditoria independente.

6.9. O sistema deverá permitir a fiscalização pelo PODER CONCEDENTE das atividades da CONCESSIONÁRIA, tratar dados estatísticos sobre ocupação, registro e acompanhamento de ocorrências e reclamações de usuários.

6.10. A CONCESSIONÁRIA deverá ter registro e mapas atualizados da quantidade de vagas de estacionamento rotativo e das demais vagas existentes na área de concessão, discriminadas por vias, registros atualizados dos equipamentos emissores de tíquetes, Pontos Fixos de Vendas (PV's), trabalhos de sinalização efetuados, entre outros.

6.11. O sistema deverá ser capaz de elaborar relatórios gerenciais cobrindo pelo menos os seguintes elementos: receita geral, quantidades de tíquetes emitidos, quantidade de regularizações emitidas, valor repassado ao PODER CONCEDENTE, receita por equipamento e por locais.

7. DAS ÁREAS INICIAIS DE IMPLANTAÇÃO DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO

7.1. A quantidade de vagas inicialmente abrangida pelo sistema é de 1.701 (mil, setecentos e uma) vagas (rotativas pagas, motocicletas, carga e descarga, embarque e desembarque, curta duração, idoso, deficiente), sendo que entre estas vagas constam 1.291 (mil, duzentos e noventa e uma) vagas rotativas remuneradas. A CONCESSIONÁRIA será responsável pela instalação e manutenção da sinalização de todas essas vagas existentes nos trechos do sistema de estacionamento rotativo sob concessão, remuneradas ou não, com exceção das vagas para viaturas policiais, ambulância, bicicleta, ônibus, táxi e moto táxi.

7.2. As vias públicas inicialmente abrangidas pelo Sistema de Estacionamento Rotativo incluem áreas de comércio, serviços e polos atrativos de tráfego, geradores de elevada demanda de estacionamentos, compreendendo as seguintes vias públicas:



Figura 7a – Mapa do estacionamento rotativo na região central

Página 8 de 59

deverão ser de responsabilidade única e exclusiva da CONCESSIONÁRIA.

7.7. A CONCESSIONÁRIA será responsável pela obtenção e atualização de todas as licenças e homologações exigidas para a prestação dos serviços.

8. DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO, DAS TARIFAS E DAS ISENÇÕES

8.1. Os horários de funcionamento do estacionamento rotativo, as tarifas e isenções estão previstos na legislação em vigor, abaixo reproduzidas:

Lei Municipal nº 7377, de 22 de junho de 2011

(...)

Art. 7º – Estão isentos do pagamento do preço público ou da tarifa de estacionamento na área delimitada pelo Sistema de Estacionamento Rotativo ou nas vagas específicas:

I - veículos oficiais da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, bem como de suas autarquias e fundações de direito público, desde que no desempenho de suas funções e identificados oficialmente;

II - veículos estacionados nas vagas destinadas exclusiva e respectivamente a idosos, pessoas com deficiências e gestantes, desde que devidamente identificados, com permanência máxima de duas horas. (Redação dada pela Lei nº 7703/2015)

III - veículos de transporte de passageiros, táxis e moto-táxis e de transportes de cargas, quando estacionados nos seus respectivos pontos de paradas devidamente sinalizados;

IV - veículos de transporte coletivo (ônibus e similares), quando estacionados nos seus respectivos pontos de parada devidamente sinalizados;

V - veículos particulares de oficiais de justiça e fiscais do quadro de pessoal da União, Estados e Município, bem como das autarquias e fundações públicas, exclusivamente quando estiverem no exercício de suas funções, devendo estes apresentar ao responsável pela cobrança identificação funcional ou outro documento que comprove estarem no exercício de suas funções;

VI - as motocicletas estacionadas nos locais (bolsões) destinados para tal;

VII - os veículos que apresentarem falhas mecânicas que impeçam a sua remoção, pelo lapso de tempo máximo de 2 (duas) horas contadas da constatação da falha mecânica.

§ 1º O Município fornecerá aos requerentes de que trata o inciso II deste artigo cartão de identificação que comprove a situação prevista. (Redação acrescida pela Lei nº 7703/2015)

(...)

Art. 9º – O estacionamento de veículos nas áreas delimitadas pelo Sistema de Estacionamento Rotativo vigorará nos dias úteis, das 8h00 às 18h00, e aos sábados, das 8h00 às 13h00.

Parágrafo único. Em datas que ocorrerem eventos especiais, os honorários de cobranças poderão ser alterados.

Art. 10 – Será considerado infrator, nos termos desta Lei, o usuário que:

I - estacionar o veículo por tempo superior ao permitido;

II - estacionar o veículo sem o recolhimento do preço público ou tarifa correspondente;

III - estacionar motocicleta, motonetas e afins fora dos locais delimitados como

estacionamento de motocicletas (bolsões).

§ 1º Será considerado não recolhido o preço público ou tarifa se o usuário impedir, ou por qualquer meio dificultar, a visualização do comprovante durante o período em que o veículo estiver estacionado.

§ 2º O usuário que estacionar nas áreas abrangidas pelo sistema de estacionamento rotativo sem efetuar o pagamento do preço público ou tarifa regulares receberá um Aviso de Tolerância (AT), estabelecendo o tempo para regularização, com o pagamento do preço público ou tarifa de pós-utilização, findo o qual será considerado em situação de infração e autuado pelo agente municipal de trânsito ou autoridade policial competente, nos termos do Código de Trânsito Brasileiro.

§ 3º Os veículos de qualquer natureza, quando em serviço de carga ou descarga de bens residenciais, poderão exceder o limite de horas permitido no sistema rotativo e permanecer no local de forma ininterrupta, desde que recolhidos os valores devidos.

(...)

Decreto Municipal nº 16277, de 27 de abril de 2012

(...)

Art. 2º – Os pagamentos a serem efetuados, mediante a utilização de meio eletrônico de operacionalização do estacionamento, poderão ser fracionados em 30 (trinta), 60 (sessenta), 90 (noventa) e 120 (cento e vinte) minutos.

Decreto Municipal nº 24.046, de 02 de julho de 2025 (Acrescentado após Processo TC-019866.989.25-4 – TCE-SP, 25/03/2026)

"Dispõe sobre a forma de operacionalização e fixação das tarifas do Sistema de Estacionamento Rotativo em vias públicas do Município de Araçatuba"

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAÇATUBA, No uso de suas atribuições legais e em conformidade com as disposições da Lei Municipal nº 7.377, de 22 de junho de 2011, e do Decreto nº 15.856, de 17 de outubro de 2011, que estabelece e regulamenta respectivamente a adoção do Sistema de Estacionamento Rotativo na cidade de Araçatuba, e

Considerando a opção da Administração Municipal pelo regime de concessão para exploração do serviço, nos termos do art. 175 da Constituição Federal e das Leis Federais n.ºs 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e 14.133, de 1.º de abril de 2021, bem como o Memorando Eletrônico 1.Doc nº 26.013/2025, da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, DECRETA:

Art. 1º O Sistema de Estacionamento Rotativo será concedido para exploração à iniciativa privada mediante contrato de concessão pública regido pela Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conforme previsto no art. 4.º da Lei Municipal nº de junho de 2011 e demais legislações pertinentes.

Art. 2º Os pagamentos a serem efetuados, mediante a utilização de meio eletrônico de operacionalização do estacionamento, poderão ser fracionados em 30 (trinta), 60 (sessenta), 90 (noventa) e 120 (cento e vinte) minutos.

Art. 3º Os valores das tarifas para estacionamento nas vagas delimitadas pelo Sistema de Estacionamento Rotativo serão os seguintes:

I - ½ (meia) hora: R\$ 1,30 (um real e trinta centavos);

II - 1 (uma) hora: R\$ 2,60 (dois reais e sessenta centavos);

III - 1 ½ (uma hora e meia): R\$ 3,90 (três reais e noventa centavos);

IV - 2 (duas horas): R\$ 5,20 (cinco reais e vinte centavos).

§ 1º O tempo máximo de estacionamento nas vagas do Sistema de Estacionamento Rotativo será de até 2 (duas) horas.

§ 2º Pela vaga destinada a veículos automotores ocupada por caçamba estacionária coletora de entulho deverá ser paga a tarifa de R\$ 21,30 (vinte e um reais e trinta centavos) por dia de ocupação.

§ 3º O Aviso de Cobrança de Tarifa (ACT) terá o valor de R\$ 26,00 (vinte e seis reais).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

8.2. A tarifa de utilização da vaga destinada a veículos e automóveis, sendo ocupada por caçamba estacionária coletora de entulhos, contêiner ou estacionar veículo com necessidade diária, com autorização especial, deverá ser paga pelo tempo de uso, conforme legislação específica.

8.3. A tolerância do sistema de estacionamento rotativo para que o usuário pague o valor da tarifa deverá ser de 15 (quinze) minutos.

8.3.1. O usuário terá até 15 (quinze) minutos de tolerância, que não significa gratuidade, para adquirir o tíquete de estacionamento de qualquer valor ou para ativar o seu crédito pré-pago.

9. DA DESCRIÇÃO BÁSICA DO FUNCIONAMENTO PREVISTO PARA O SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO

9.1. A CONCESSIONÁRIA será a única responsável pela operacionalização e despesas de todo o sistema de estacionamento rotativo.

9.2. Os usuários deverão ter as opções de pagamento das tarifas (compras de tíquetes) em pelo menos uma das seguintes plataformas: pontos fixos de venda PV's, aplicativo para smartphone, totens de pagamento, terminais móveis portáteis através de coladoradores da CONCESSIONÁRIA, QRCode, Smartcard, 0800 – SMS, parquímetros.

9.3. A fiscalização das vagas de estacionamento rotativo ocorrerá por videomonitoramento, nos moldes da Resolução CONTRAN nº 909, de 28 de março de 2022, ou outra que a modifique ou a substitua.

9.4. Os veículos com as câmeras de fiscalização por videomonitoramento serão conduzidos por colaboradores da CONCESSIONÁRIA e circularão no período de funcionamento do sistema de estacionamento rotativo.

9.5. Os agentes de trânsito do PODER CONCEDENTE farão a fiscalização através de uma central na sede da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana.

9.6. Os agentes de trânsito também poderão fazer a fiscalização de trânsito presencialmente

na área de concessão do estacionamento rotativo.

9.7. Caso o CONTRAN regule outros meios e equipamentos para fiscalização do estacionamento de veículos nos sistemas de estacionamento rotativo, como, por exemplo, equipamentos portáteis sob operação dos colaboradores da CONCESSIONÁRIA, poderá a CONCESSIONÁRIA implantar na solução, desde que previamente aprovado pelo PODER CONCEDENTE.

10. DO PROCEDIMENTO PARA A FISCALIZAÇÃO DO ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS

10.1. Constatado através da fiscalização por videomonitoramento, ou presencialmente, por um Agente da Autoridade de Trânsito do PODER CONCEDENTE, que um veículo está estacionado na vaga de estacionamento rotativo sem o pagamento da tarifa, o sistema deverá emitir o Aviso de Tolerância - AT.

10.2. As informações para impressão do AT deverão ser enviadas ao equipamento portátil do colaborador da CONCESSIONÁRIA, que fixará o AT no veículo, preferencialmente no pára-brisa. A quantidade de colaboradores deverá ser suficiente para que os veículos recebam os avisos em tempo hábil.

10.3. O AT deverá conter a informação de que o usuário terá a tolerância de até 15 (quinze) minutos para pagar a tarifa de estacionamento, sendo que esse tempo será contado a partir do momento em que o veículo estacionado foi fiscalizado pelo veículo com a câmera OCR sem o pagamento da tarifa de estacionamento. Caso o usuário tenha pago o valor dentro desse tempo, o sistema deverá arquivar o AT e manter o registro para posteriores consultas. Decorrido o prazo de 15 (quinze) minutos sem que o usuário tenha efetuado o pagamento da tarifa de estacionamento, a solução deverá aguardar o prazo de 02 (dois) dias para a possibilidade da regularização administrativa, conforme legislação em vigor. O AT deverá conter todas as informações detalhadas e claras aos usuários sobre o funcionamento da fiscalização. O AT também deverá conter o horário e data em que o veículo foi registrado sem o pagamento da tarifa, para que o usuário possa constatar todos os prazos disponíveis para pagamento da tarifa e para a regularização administrativa.

10.4. O AT também deverá possuir informações sobre o valor vigente para a regularização administrativa.

10.5. Findo o prazo legal sem a regularização administrativa, deverá a CONCESSIONÁRIA encaminhar as imagens, informações e arquivos necessários ao PODER CONCEDENTE, via sistema da central de fiscalização.

10.6. O conteúdo encaminhado deverá observar todos os requisitos legais para lavratura do Auto de Infração de Trânsito – AIT pelo Agente da Autoridade de Trânsito do PODER CONCEDENTE.

10.7. O videomonitoramento também deverá identificar os veículos estacionados nas vagas

gratuitas, a exemplo das vagas para idosos, deficientes, curta duração, entre outras.

10.8. Os agentes de trânsito também poderão fazer a fiscalização presencial das vagas específicas de idosos, portadores de deficiências, curta duração, carga e descarga, motocicletas, entre outras.

10.9. A CONCESSIONÁRIA deverá ter local para atendimento dos usuários do estacionamento rotativo, para esclarecimento de dúvidas, pagamento das tarifas, para regularização administrativa e demais atendimentos relativos à prestação dos serviços ora concedidos.

10.10. A CONCESSIONÁRIA deverá fornecer ao PODER CONCEDENTE, nos moldes das fiscalização por videomonitoramento do CONTRAN, imagens em tempo real e todos os registros de placas capturadas através das câmeras OCR, para que o PODER CONCEDENTE faça a fiscalização de trânsito nos moldes da Resolução Contran, bem como o tratamento das informações junto aos órgãos de segurança, com a finalidade de constatar a existência de veículos com registro de ocorrências, furtos, roubos, entre outras. O procedimento deverá observar a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

10.10.1. A CONCESSIONÁRIA futuramente deverá integrar o sistema de videomonitoramento ao futuro sistema de monitoramento que poderá ser contratado pelo PODER CONCEDENTE.

10.11. Fundamentação da fiscalização do estacionamento de veículos no sistema rotativo sob concessão:

Lei Federal nº 9503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro

Art. 280. Ocorrendo infração prevista na legislação de trânsito, lavrar-se-á auto de infração, do qual constará:

I - tipificação da infração;

II - local, data e hora do cometimento da infração;

III - caracteres da placa de identificação do veículo, sua marca e espécie, e outros elementos julgados necessários à sua identificação;

IV - o prontuário do condutor, sempre que possível;

V - identificação do órgão ou entidade e da autoridade ou agente autuador ou equipamento que comprovar a infração;

VI - assinatura do infrator, sempre que possível, valendo esta como notificação do cometimento da infração.

§ 1º (VETADO)

§ 2º A infração deverá ser comprovada por declaração da autoridade ou do agente da autoridade de trânsito, por aparelho eletrônico ou por equipamento audiovisual, reações químicas ou qualquer outro meio tecnologicamente disponível, previamente regulamentado pelo CONTRAN.

§ 3º Não sendo possível a autuação em flagrante, o agente de trânsito relatará o fato à autoridade no próprio auto de infração, informando os dados a respeito do veículo, além dos constantes nos incisos I, II e III, para o procedimento previsto no artigo seguinte.

§ 4º O agente da autoridade de trânsito competente para lavrar o auto de infração poderá

ser servidor civil, estatutário ou celetista ou, ainda, policial militar designado pela autoridade de trânsito com jurisdição sobre a via no âmbito de sua competência.

§ 5º (VETADO).

*§ 6º Não há infração de circulação, parada ou estacionamento relativa aos veículos destinados a socorro de incêndio e salvamento, aos de polícia, aos de fiscalização e operação de trânsito e às ambulâncias, ainda que não identificados ostensivamente.
(grifo nosso)*

Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito – CONTRAN

7. AUTUAÇÃO

A autuação é ato administrativo, vinculado na forma da lei, da autoridade de trânsito ou seus agentes quando da constatação do cometimento de infração de trânsito, devendo ser formalizado por meio da lavratura do Auto de Infração de Trânsito (AIT).

Para fins do contido no § 3º do art. 280 e no § 6º-A do art. 282, ambos do CTB, considera-se em flagrante quem está cometendo a infração de trânsito ou acaba de cometê-la, com ou sem abordagem.

O AIT é peça informativa que dá início ao processo administrativo e subsidia a autoridade de trânsito para aplicação das penalidades, devendo ser preenchido de acordo com as disposições contidas no artigo 280 do CTB e demais normas regulamentares, com o registro do fato que fundamentou sua lavratura.

Quando a configuração de uma infração depender da existência de sinalização específica, esta deverá revelar-se suficiente e corretamente implantada de forma legível e visível. Caso contrário, o agente não deverá lavrar o AIT, comunicando à autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via a irregularidade observada.

É vedada a lavratura do AIT por solicitação de terceiros, excetuando-se o caso em que o órgão ou entidade de trânsito realiza operação de fiscalização de trânsito, em que um agente de trânsito constata a infração e a informe a outro agente que esteja na operação, devendo tal informação constar do campo observações do AIT.

(grifo nosso)

Conselho Estadual de Trânsito do Estado de São Paulo – CETRAN – SP

Deliberação nº 5, de 08 de outubro de 2024

(...)

Art. 2º A comprovação das infrações de trânsito pelo não pagamento de tarifas de estacionamento rotativo pago e pedágio viário, previstas nos artigos 181, inciso XVII, e 209-A do Código de Trânsito Brasileiro poderá ser realizada por declaração da autoridade de trânsito ou do agente da autoridade de trânsito, com a utilização ou não de câmeras de videomonitoramento, ou por meio de sistema automático não metrológico de fiscalização, nos termos de regulamentação específica.

§ 1º A infração será configurada com base nas informações fornecidas pela concessionária de serviço público responsável pela cobrança da tarifa.(...)

(grifo nosso)

10.12. Regulamentação específica:

Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN

Resolução CONTRAN nº 909, de 28 de março de 2022

Art. 1º Esta Resolução consolida normas de utilização de sistemas de videomonitoramento para fiscalização de trânsito nos termos do § 2º do art. 280 do CTB.

Art. 2º A autoridade ou o agente da autoridade de trânsito, exercendo a fiscalização remota por meio de sistemas de videomonitoramento, poderão autuar condutores e veículos, cujas infrações por descumprimento das normas gerais de circulação e conduta tenham sido detectadas "online" por esses sistemas.

Parágrafo único. A autoridade ou o agente da autoridade de trânsito, responsável pela lavratura do auto de infração, deverá informar no campo "observação" a forma com que foi constatado o cometimento da infração.

Art. 3º A fiscalização de trânsito mediante sistema de videomonitoramento somente poderá ser realizada nas vias que estejam devidamente sinalizadas para esse fim. (...) (grifo nosso)

11. DO AVISO DE TOLERÂNCIA – AT

11.1. A legislação municipal em vigor regulamenta o denominado “Aviso de Tolerância – AT”, conforme descrito a seguir:

Decreto Municipal nº 15.856, de 17 de outubro de 2011

(...)

Art. 5º – Será considerado infrator e sujeito às penalidades cabíveis o usuário que:

I - estacionar o veículo por tempo superior ao permitido;

II - estacionar o veículo sem o recolhimento do preço público ou tarifa correspondente;

III - estacionar motocicleta, motonetas e afins fora dos espaços demarcados e sinalizados para estacionamento exclusivo destas espécies de veículos, sendo vedado o seu estacionamento em vagas destinadas a automóveis.

§ 1º Será considerado não recolhido o preço público ou tarifa se o usuário impedir, ou por qualquer meio dificultar, a visualização do comprovante durante o período em que o veículo estiver estacionado.

§ 2º O usuário que estacionar irregularmente nas áreas abrangidas pelo Sistema de Estacionamento Rotativo receberá um Aviso de Tolerância (AT) concedendo o prazo de 2 (dois) dias para a regularização administrativa, mediante o pagamento da quantia equivalente a 10 (dez) horas de estacionamento.

§ 3º Findo o prazo de que trata o § 2º sem a regularização administrativa, será gerada a respectiva autuação nos termos do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 6º – O tempo máximo permitido para estacionamento de veículos na área do Sistema de Estacionamento Rotativo, em uma mesma vaga, será de 2 (duas) horas, não sendo permitida a sua prorrogação.

11.2. Caso o CONTRAN regulamente outros meios ou condições para regularização administrativa dos veículos, deverá a CONCESSIONÁRIA observar a legislação em vigor e fazer a adequação da solução, assumindo todos os custos da alteração.

11.3. O modelo e as informações contidas no AT deverão ser previamente aprovadas pelo PODER CONCEDENTE.

12. DA ARRECADAÇÃO

12.1. A CONCESSIONÁRIA será responsável pela arrecadação de todos os valores que ingressarem no sistema, a título de pagamento pela utilização das vagas, e deverá manter registro de todas as operações de acordo com os procedimentos definidos no edital e anexos, no termo de referência, no contrato e nas normas de contabilidade.

12.2. Pelo direito de explorar os serviços objeto desta licitação, a CONCESSIONÁRIA pagará ao PODER CONCEDENTE o percentual de repasse vencedor do certame, que será aplicado sobre o total bruto arrecadado no mês anterior ao pagamento, conforme previsão do inciso I e inciso II, ambos do §1º do artigo 4º da Lei Municipal nº. 7377/2011.

12.3. A CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar ao PODER CONCEDENTE os relatórios mensais das atividades completas referentes ao sistema de estacionamento rotativo, pelo menos com todos os valores arrecadados, quantidades arrecadadas por modos de aquisição de tíquetes, regularizações administrativas, pagamento de tributos e valor repassado.

12.4. Todas as informações deverão estar sempre disponíveis ao PODER CONCEDENTE para fins de controle e fiscalização.

12.5. Os relatórios deverão ser protocolizados no Sistema de Protocolo Geral, via Internet, do PODER CONCEDENTE.

12.6. As prestações de contas deverão seguir as normas de contabilidade em vigor, e estar assinadas pelo responsável indicado na lei.

12.7. As informações financeiras deverão constar na página da Internet da CONCESSIONÁRIA, conforme legislação em vigor.

13. DA SINALIZAÇÃO VIÁRIA

13.1. A CONCESSIONÁRIA será responsável pela instalação e manutenção de toda a sinalização viária das vagas de estacionamento rotativo, vertical e horizontal, inclusive as vagas para idosos, portadores de deficiência, curta duração, carga e descarga e motocicletas, desde que existentes dentro do trecho sob concessão do estacionamento rotativo.

13.2. As quantidades de vagas para estacionamento de idosos e portadores de deficiência devem observar pelo menos o percentual mínimo legal, e deverão estar distribuídas observando-se critérios de proporcionalidade e facilidade de acesso para os usuários.

13.3. Toda e qualquer implantação e alteração de vaga deverá ser precedida da elaboração de mapa detalhado do local, com anuência do PODER CONCEDENTE.

13.4. As vagas de estacionamento rotativo devem ser implantadas em conformidade com a legislação em vigor, depois de criadas por decreto.

13.5. As guias de calçadas das vagas de estacionamento rotativo deverão estar pintadas na cor azul.

13.6. Toda a sinalização deverá observar a legislação em vigor (localização, dimensões, princípios de utilização, altura, etc), em especial as do CONTRAN e da ABNT. As vagas deverão observar a proibição de estacionamento de pelo menos 05 (cinco) metros do bordo do alinhamento da via transversal* (inciso I do artigo 181 do CTB).

* “a partir do alinhamento dos imóveis com a via pública”.

VIA - superfície por onde transitam veículos, pessoas e animais, compreendendo a pista, a calçada, o acostamento, ilha e canteiro central.

13.7. As placas deverão ser confeccionadas em chapa de alumínio composto ou material similar anticorrosão, cantos arredondados, face principal com aplicação de película refletiva com qualidade mínima do tipo Grau Técnico Prismático – GTP.

13.8. Considerando que a fiscalização do estacionamento de veículos será efetuada pelo PODER CONCEDENTE através de videomonitoramento, a CONCESSIONÁRIA deverá implantar as placas obrigatórias especificadas na norma CONTRAN (Resolução CONTRAN nº 909, de 28 de março de 2022, ou outra que a modifique ou a substitua).

13.9. A sinalização horizontal deverá ser executada com material apropriado e preferencialmente com aplicação de microesferas de vidro.

13.10. A CONCESSIONÁRIA deverá sinalizar os Pontos Fixos de Venda PV's de modo a facilitar a identificação do lugar pelos usuários do sistema de estacionamento rotativo, preferencialmente através de placas instaladas na calçada.

13.11. A CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar QRcodes em locais estratégicos para o pagamento facilitado pelos usuários do sistema de estacionamento rotativo.

13.12. Os materiais remanescentes da concessão anterior (bens reversíveis) eventualmente instalados nas vias públicas, a exemplo dos suportes e placas, poderão ser utilizados pela CONCESSIONÁRIA para a implantação da nova sinalização viária, devendo os materiais equivalentes e novos serem entregues ao PODER CONCEDENTE na quantidade aproveitada, acompanhados de relatório de quantidade e atestado de recebimento.

14. DOS ENCARGOS DO PODER CONCEDENTE

14.1. Além dos encargos legais e dos constantes do edital e seus anexos, cabe ao PODER

CONCEDENTE:

14.1.1. Regular o serviço concedido e fiscalizar permanentemente a sua prestação (inciso I do artigo 29 da Lei Federal n.º 8.987/95).

14.1.2. Ter acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da CONCESSIONÁRIA (artigo 30 da Lei Federal n.º 8.987/95).

14.1.3. Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais (inciso II do artigo 29 da Lei Federal n.º 8.987/95).

14.1.4. Intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei (inciso III do artigo 29 da Lei Federal n.º 8.987/95).

14.1.5. Extinguir a concessão, nos casos previstos na lei e na forma prevista no contrato (inciso IV do artigo 29 da Lei Federal n.º 8.987/95).

14.1.6. Homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas na forma da lei, das normas pertinentes e do contrato (inciso V do artigo 29 da Lei Federal n.º 8.987/95).

14.1.7. Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais da concessão (inciso VI do artigo 29 da Lei Federal n.º 8.987/95).

14.1.8. Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados em até 30 dias das providências tomadas (inciso VII do artigo 29 da Lei Federal n.º 8.987/95).

14.1.9. Declarar de utilidade pública os bens necessários à execução do serviço, promovendo as desapropriações, diretamente ou mediante outorga de poderes à CONCESSIONÁRIA, caso em que será desta a responsabilidade pelas indenizações cabíveis (inciso VIII do artigo 29 da Lei Federal n.º 8.987/95).

14.1.10. Declarar de necessidade ou utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, os bens necessários à execução de serviço, promovendo-a diretamente ou mediante outorga de poderes à CONCESSIONÁRIA, caso em que será desta a responsabilidade pelas indenizações cabíveis (inciso IX do artigo 29 da Lei Federal n.º 8.987/95).

14.1.11. Estimular o aumento da qualidade, produtividade, preservação do meio ambiente e conservação (inciso X do artigo 29 da Lei Federal n.º 8.987/95).

14.1.12. Comunicar à CONCESSIONÁRIA, com antecedência necessária, observando o prazo de 10 (dez) dias úteis, no mínimo, qualquer alteração na concessão, desde que não altere o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

14.1.13. Efetuar a fiscalização do serviço objeto da concessão, por meios próprios ou através do credenciamento de agentes, aplicando as penalidades aos infratores e arrecadando as multas decorrentes.

14.1.14. Proporcionar as condições adequadas e necessárias para a execução dos serviços contratados, de acordo com os termos do contrato, adotando e tomando todas as providências para que o serviço não sofra interrupção de continuidade.

14.1.15. Providenciar a liberação de áreas objeto do contrato.

14.1.16. Garantir a eficácia do sistema rotativo, objeto da presente concessão, dando pleno apoio à CONCESSIONÁRIA na sua atuação, dentro do que prevê a legislação em vigor.

15. DOS ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA

15.1. Prestar serviço adequado, na forma prevista na lei, nas normas técnicas aplicáveis e no contrato, conforme inciso I do artigo 31 da Lei Federal n.º 8.987/95, observando os requisitos de qualidade, continuidade, regularidade, eficiência, atualidade, generalidade, modicidade, cortesia e segurança, bem como, garantindo a aplicação das leis, normas e regulamentos específicos, colaborando com as autoridades na adoção de medidas que visem à eficácia do sistema de estacionamento rotativo.

15.2. Manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à concessão, conforme previsão do inciso II do artigo 31 da Lei Federal n.º 8.987/95.

15.3. Prestar contas de gestão do serviço ao PODER CONCEDENTE e aos usuários, nos termos definidos no contrato, conforme previsão do inciso III do artigo 31 da Lei Federal n.º 8.987/95.

15.4. Cumprir e fazer cumprir as normas do serviço, do Edital, os requisitos do termo de referência e demais anexos do edital de licitação, bem como as cláusulas contratuais da concessão.

15.5. Permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações integrantes do serviço, bem como aos seus registros contábeis.

15.6. Zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação dos serviços, bem como segurá-los adequadamente.

15.7. Efetuar, mensalmente, o repasse referente à remuneração da concessão do serviço público, conforme previsão da Lei Municipal n.º 7.377/2011, alterada pela Lei Municipal n.º 7.439/2011, com o percentual vencedor do certame, que será fixo durante toda a vigência do contrato, salvo alterações contratuais para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

15.8. Manter escritório no Município de Araçatuba com os recursos de tecnologia da

informação necessários ao funcionamento do setor administrativo, financeiro, operacional e atendimento ao público.

15.9. Constituir alvará de localização no Município Araçatuba, no prazo de até 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato e emissão da ordem de serviços.

15.10. Prestar contas dentro do período estipulado no ajuste, ou quando for solicitado, da gestão dos serviços ao PODER CONCEDENTE, através do órgão competente, ou aos usuários.

15.11. Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os tributos da prestação dos serviços concedidos e todas as obrigações sociais dos profissionais envolvidos, bem como todas as despesas necessárias para a execução dos serviços, incluindo despesas com deslocamentos, estadia, alimentação, salários, encargos sociais, previdenciários, comerciais, trabalhistas, equipamentos de proteção individual e quaisquer outros que se fizerem necessários ao cumprimento das obrigações decorrentes da concessão, não respondendo, em qualquer hipótese, nem solidária, nem subsidiariamente, o PODER CONCEDENTE.

15.12. O não cumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, dos encargos trabalhistas, bem como das normas de saúde, higiene e segurança do trabalho, poderá importar na rescisão do contrato sem direito a indenização.

15.13. A inadimplência da CONCESSIONÁRIA, com referência aos encargos não transfere ao PODER CONCEDENTE a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

15.14. Dar treinamento adequado aos empregados, no que se refere aos serviços ora contratados, em especial no tocante à legislação de trânsito e relações humanas.

15.15. Fornecer uniformes em quantidade suficiente (inverno e verão), devendo manter o pessoal operativo devidamente uniformizado, sendo o custo pela confecção dos uniformes de exclusiva responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.

15.16. Promover campanhas de informação e promocionais sobre o estacionamento rotativo, orientando os usuários quanto à sua utilização e divulgação dos resultados operacionais e financeiros.

15.17. Elaborar projeto e implantar o total previsto de vagas dentro do trecho sob concessão, com a respectiva sinalização viária, incluindo as vagas isentas, como de idosos, vagas de pessoas com deficiência, vagas de carga e descarga, curta duração e de motocicletas.

15.18. Responsabilizar-se pela realização da identidade visual que será adotada para o sistema, das campanhas de orientação e de informações aos usuários do sistema, nas áreas concedidas, bem como pela identificação visual dos postos autorizados de venda.

15.19. Instalar e retirar todos os equipamentos de sua propriedade, deixando os bens reversíveis e os equipamentos públicos, obras e instalações livres e desimpedidos e em perfeito estado de conservação, por ocasião da reversão para o PODER CONCEDENTE.

15.20. Adquirir, instalar e manter atualizados todos os equipamentos eletrônicos integrantes do Sistema de Estacionamento Rotativo, seus softwares, periféricos, peças de reposição e os acessórios necessários para a execução dos serviços especificados no edital e seus anexos.

15.21. Nos trechos sob concessão do estacionamento rotativo, projetar, implantar e manter toda a sinalização viária das vagas de estacionamento rotativo, vertical e horizontal, inclusive as vagas para idosos, portadores de deficiência, curta duração, carga e descarga e motocicletas, com a implantação sempre precedida de aprovação pelo PODER CONCEDENTE.

15.22. Adotar todas as medidas, precauções e cuidados, visando evitar a ocorrência de danos materiais e pessoais a seus empregados e a terceiros, devendo prestar total observância às normas de direito do trabalho em especial as relativas à segurança e medicina do trabalho, bem como as medidas relacionadas com o seguro de seus empregados e de terceiros contra danos, ficando sempre responsável pelas consequências originárias de sinistros que ocorrerem.

15.23. Efetuar os controles administrativos e financeiros do sistema, proporcionando segurança ao PODER CONCEDENTE, a possibilidade de verificação da arrecadação do sistema e maior qualidade da prestação dos serviços aos usuários.

15.24. Estar capacitada a prestar as informações necessárias aos usuários, recepcionar e responder sugestões e reclamações na sua sede, em campo e através de serviço telefônico e Internet.

15.25. Manter registro de todas as operações de entrada de valores no sistema. O mesmo se aplica às movimentações e utilização de outros meios de pagamento implantados no sistema.

15.26. Implantar, credenciar, manter e remunerar os Postos Fixos de Venda PV's para comercialização aos usuários de créditos para utilização das vagas de Estacionamento Rotativo.

15.27. Manter Postos Fixos de Venda (PV's) devidamente identificados, submetendo os modelos de comunicação visual à aprovação do PODER CONCEDENTE.

15.28. Assumir a responsabilidade pelo pagamento de tributos e outros encargos que competirem à CONCESSIONÁRIA, não lhe cabendo direito de pleitear do PODER CONCEDENTE qualquer situação ou reembolso de quantias principais ou acessórias.

15.29. Fixar nos veículos em tempo hábil os Avisos de Tolerância emitidos pelo sistema.

15.30. Aceitar que o representante do PODER CONCEDENTE poderá exigir medidas adicionais na área de abrangência do estacionamento rotativo, como também poderá suspender os trabalhos temporariamente até que as medidas de segurança sejam consideradas suficientes.

15.31. Os serviços ora licitados não incluem deveres de vigilância ou de guarda em relação aos veículos estacionados na área de concessão do estacionamento rotativo, seus acessórios ou bens neles deixados, bem como não incluem um dever de segurança pessoal dos usuários.

15.32. Não haverá carência ou isenção de repasses, devendo a CONCESSIONÁRIA começar a efetuá-los imediatamente a partir do início da operação do sistema.

15.33. Efetuar o registro do contrato nos órgãos competentes e nos órgãos de fiscalização, às suas expensas, ficando responsável por eventuais ônus que causar ao PODER CONCEDENTE, caso descumpra essa obrigação.

15.34. Manter, durante todo o período de vigência do contrato de concessão, as condições de habilitação na Licitação, nos aspectos jurídicos e de qualificação técnica, econômica e financeira, bem como de regularidade fiscal. Também deverá providenciar os registros das Anotações de Responsabilidade Técnica ART e/ou Registros de Responsabilidade Técnica RRT pertinentes.

15.35. Observar os requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei Federal nº 13.709/2018, regulamentada pelo Decreto Federal nº 10.474/2020, que dispõe sobre a proteção de dados pessoais, com o objetivo de proteção dos direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, bem como do livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

15.36. Manter e operar todos os equipamentos eletrônicos e sistemas de informática dentro dos requisitos estabelecidos no edital, contrato, termo de referência e demais anexos do edital de licitação.

15.37. Manter o sistema de videomonitoramento dentro dos requisitos estabelecidos no contrato, termo de referência e legislação em vigor, obtendo as licenças e homologações necessárias.

15.38. Promover o aumento ou a diminuição da quantidade de vagas de estacionamento rotativo, por solicitação própria ou do PODER CONCEDENTE, visando o interesse da coletividade e sempre precedido de mapa a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e autorizado pelo PODER CONCEDENTE, e desde que observada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

15.39. Cobrar de acordo com as tarifas vigentes.

15.40. Apresentar ao PODER CONCEDENTE cópias dos pagamentos dos tributos, INSS, FGTS, ISSQN e PIS-PASEP de seus colaboradores.

15.41. Observar, durante toda a vigência do contrato de concessão, a legislação em vigor e todos os requisitos do contrato, do edital, anexos e termo de referência.

15.42. Cumprir as sanções contratuais impostas, sempre observado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

15.43. Preservar a infraestrutura e mobiliário urbano, recuperando-os em caso de danos decorrentes da prestação dos serviços ora concedidos. (Acrescentado após Processo TC-019866.989.25-4 – TCE-SP, 25/03/2026)

15.44. Recuperar os trechos das vias públicas afetados com a instalação dos equipamentos e da sinalização viária, mantendo-os nas mesmas condições anteriores e deixando as vias livres de entulhos ou resíduos decorrentes das obras realizadas. (Acrescentado após Processo TC-019866.989.25-4 – TCE-SP, 25/03/2026)

16. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS

16.1. Receber o serviço adequado.

16.2. Receber do PODER CONCEDENTE e da CONCESSIONÁRIA informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos.

16.3. Levar ao conhecimento do PODER CONCEDENTE e da CONCESSIONÁRIA as irregularidades de que tenha conhecimento, referentes aos serviços prestados.

16.4. Comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela CONCESSIONÁRIA na prestação dos serviços.

16.5. Contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos, através dos quais lhes são prestados os serviços.

16.6. Obter e utilizar o serviço com liberdade de escolha, observadas as normas do PODER CONCEDENTE.

17. DO MONITORAMENTO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS

17.1. O monitoramento da qualidade dos serviços prestados pela CONCESSIONÁRIA será feito continuamente pelo PODER CONCEDENTE, durante toda vigência do contrato, considerando, pelo menos, os seguintes parâmetros:

17.1.1. estado de conservação dos equipamentos do sistema.

17.1.2. tempo de inoperância dos equipamentos do sistema.

17.1.3. estado de conservação e manutenção da sinalização vertical e horizontal de trânsito que regulamentam o sistema.

17.1.4. satisfação dos usuários do estacionamento rotativo.

18. DOS BENS REVERSÍVEIS

18.1. Para os fins deste termo de referência, define-se como bens reversíveis: a sinalização vertical, obras de adaptação, instalação dos elementos de sinalização e os equipamentos de informática da central de fiscalização instalada na sede do PODER CONCEDENTE. (Alterado após decisão no Processo TC-019866.989.25-4 – TCE-SP, 25/03/2026 – item 2.9)

19. DA FISCALIZAÇÃO DA CONCESSÃO DOS SERVIÇOS – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

19.1. A concessão dos serviços sujeitar-se-á à fiscalização pelo PODER CONCEDENTE, com a cooperação dos usuários do sistema, objetivando manter a qualidade dentro dos padrões mínimos exigidos.

19.2. A qualquer tempo, o PODER CONCEDENTE deverá ter a possibilidade de conferir e auditar o sistema de estacionamento rotativo, acessando os registros das transações operacionais e os pontos de controle e verificação, bem como todos os registros e controles administrativos e financeiros referentes à exploração dos serviços objeto da concessão, devendo a CONCESSIONÁRIA possuir um sistema capaz de possibilitar esta auditoria, rastreando todos os eventos pertinentes às coletas e movimentação de arrecadação ocorrida diariamente. Em caso de necessidade de maiores esclarecimentos sobre as operações e controles administrativo-financeiros realizados pela CONCESSIONÁRIA, o PODER CONCEDENTE poderá solicitar a contratação de empresa para executar as atividades de auditoria independente.

19.3. A CONCESSIONÁRIA deverá possuir cadastros e mapas atualizados com as vagas existentes na área de concessão do estacionamento rotativo, sinalização existente, cadastro dos equipamentos emissores de tíquetes, dos colaboradores, registro dos trabalhos efetuados, entre outros.

19.4. O sistema deverá ser capaz de elaborar relatórios gerenciais cobrindo pelo menos os seguintes elementos: receita total auferida, quantidades de tíquetes emitidos e por modalidade de venda, receita por equipamento e por local (rua, avenida, praça, etc.);

20. DA IMPLANTAÇÃO

20.1. Após a assinatura do contrato e emissão da ordem de serviço, a CONCESSIONÁRIA deverá elaborar um cronograma de implantação do estacionamento rotativo, que deverá incluir mapas, vagas, sinalização viária, plataformas para vendas de tíquetes de estacionamento, PV's, campanhas de informação aos usuários e ativação do sistema, local para atendimento dos usuários, entre outros. O cronograma de implantação deverá ser apresentado ao PODER CONCEDENTE em um prazo de até 30 (trinta) dias, prorrogáveis mediante requerimento e decisão fundamentada.

20.2. Autorizado o cronograma de implantação, a CONCESSIONÁRIA terá o prazo de até 60 (sessenta) dias para início da operação do estacionamento rotativo, prorrogável mediante requerimento e decisão fundamentada.

21. DOS VALORES E REAJUSTES DAS TARIFAS

21.1. Os valores das tarifas de estacionamento rotativo serão determinados através de decreto municipal.

21.2. Os reajustes dos valores das tarifas deverão ocorrer anualmente, com pedido a ser protocolizado pela CONCESSIONÁRIA no Sistema de Protocolo Geral do PODER CONCEDENTE, via Internet, e terá como base o índice IPC-FIPE (Decreto Municipal nº 17.067/2013).

22. DAS NORMAS TÉCNICAS

22.1. Todas as especificações devem observar os requisitos da legislação em vigor, em especial os da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.

23. DOS REQUISITOS MÍNIMOS DE TECNOLOGIA E DOS MEIOS DE PAGAMENTO DAS TARIFAS PELOS USUÁRIOS

23.1. EQUIPAMENTO PARA OPERAÇÃO DOS PONTOS FIXOS DE VENDA “PV’S”

23.1.1. Equipamentos para que os Pontos Fixos de Venda PV’s (estabelecimentos comerciais, de prestação de serviços e similares) possam efetuar as operações de vendas de tíquetes e créditos de estacionamento junto aos usuários do sistema. Os PV’s serão credenciados pela CONCESSIONÁRIA através de contratos específicos e distribuídos uniformemente na região atendida pelo sistema de estacionamento rotativo, com a proporção mínima de 01 (um) PV para 50 (cinquenta) vagas de estacionamento rotativo (vagas pagas), podendo esta quantidade ser diferente por regiões de concessão, desde que devidamente justificada pela CONCESSIONÁRIA e aceita pelo PODER CONCEDENTE. Os PV’s poderão receber uma comissão pela venda realizada, sendo a comissão de responsabilidade exclusiva da CONCESSIONÁRIA. Os equipamentos dos PV’s devem possuir as seguintes características mínimas: (Alterado após decisão no Processo TC-019866.989.25-4 – TCE-SP, 25/03/2026 – item 2.12 “c”)

23.1.2. A solução deverá permitir que seja informada a quantidade de créditos que o usuário deseja comprar, devendo esta quantidade ser multiplicada pela menor tarifa cobrada no sistema de estacionamento rotativo regulamentado, resultando no total a pagar.

23.1.3. A solução deverá emitir o recibo impresso de compra de crédito logo após sua efetivação. Também deverá possibilitar o envio do comprovante através de SMS a ser enviado no celular informado pelo usuário.

23.1.4. A solução deverá possuir funcionalidade que permita a venda de tíquetes eletrônicos de tempo para utilização no estacionamento rotativo.

23.1.5. A solução deverá possuir funcionalidade que permita ao operador informar a placa do veículo ao qual o tíquete eletrônico será vinculado após efetivação da compra.

23.1.6. A solução deverá possuir funcionalidade que apresente em tela todas as tarifas utilizadas pelo sistema de estacionamento rotativo regulamentado (conforme legislação municipal vigente e futuras atualizações), configuradas previamente no sistema de gestão.

23.1.7. O tíquete eletrônico impresso pela solução deverá possuir no mínimo as seguintes informações: número de identificação do tíquete, data e hora da efetivação da venda, placa do veículo, valor pago pelo tíquete eletrônico, tempo permitido para utilização do estacionamento rotativo regulamentado.

23.1.8. A solução deverá possuir funcionalidade que permita a regularização do Aviso de Tolerância, sendo respeitado o prazo máximo para regularização estipulada na legislação municipal vigente.

23.1.9. A solução deverá possuir funcionalidade que imprima os recibos de pagamento dos Aviso de Tolerância logo após a efetivação do pagamento.

23.1.10. O recibo de regularização impresso pela solução deverá possuir no mínimo as seguintes informações: número de identificação do recibo, data da efetivação do pagamento, placa do veículo, valor pago, código de identificação do Aviso de Tolerância, data do Aviso de Tolerância.

23.1.11. A CONCESSIONÁRIA deverá fornecer chip com pacote de dados, ou tecnologia similar, que permita a comunicação de todos os equipamentos.

23.1.12. A CONCESSIONÁRIA deverá fornecer e manter estoque das bobinas de papel a serem utilizadas nas impressoras para impressão dos recibos. A qualidade do papel fornecido deverá permitir que as informações impressas permaneçam legíveis por no mínimo 2 (dois) anos.

23.1.13. A CONCESSIONÁRIA será a única responsável pelos credenciamentos, contratos e remuneração dos PV's.

23.1.14. A CONCESSIONÁRIA será responsável pela manutenção e funcionamento dos equipamentos dos PV's.

23.1.15. A CONCESSIONÁRIA será responsável pela identificação visual dos PV's, preferencialmente através da utilização de sinalização vertical na calçada.

23.1.16. A CONCESSIONÁRIA deverá fornecer equipamentos para que os pontos de venda efetuem as operações junto aos usuários do sistema. Os equipamentos deverão ter comunicação com o software que gerenciará todo o sistema.

23.1.17. O terminal deverá possuir as seguintes especificações técnicas mínimas similares: processador Quad Core 1.00 GHz, memória flash 16GB, RAM 2GB, Tela com 5.0 polegadas com capacidade touchscreen, velocidade de Impressão de 75mm/s, bobina de impressão de no mínimo 40mm, conectividade 4G ou superior, wireless, bateria de 5000 mAh, sistema operacional Android.

23.1.18. O hardware para ponto de venda deverá obrigatoriamente ter impressora térmica acoplada, com especificação mínima necessária para o bom funcionamento.

23.1.19. O equipamento deverá ser compatível com software para operação de Pontos fixos de Venda e atendimento do Estacionamento Rotativo.

23.1.20. A CONCESSIONÁRIA deverá fornecer chip com pacote de dados que permita a comunicação de todos os equipamentos.

23.1.21. A CONCESSIONÁRIA deverá fornecer e manter estoque das bobinas de papel a serem utilizadas nas impressoras para impressão dos recibos. A qualidade do papel fornecido deverá permitir que as informações impressas permaneçam legíveis por no mínimo 2 (dois) anos.

23.2. APLICATIVO DE “SMARTPHONE” PARA USUÁRIO (Alterado após decisão no Processo TC-019866.989.25-4 – TCE-SP, 25/03/2026 – item 2.12 “b”)

23.2.1. Aplicativos para smartphone sem limites de usuários de aplicativo, voltado ao usuário final do estacionamento rotativo, sendo seu funcionamento em conformidade com a legislação em vigor, bem como possíveis alterações que possam ocorrer. O aplicativo deverá possuir as seguintes características mínimas:

23.2.2. O aplicativo deverá possuir compatibilidade mínima com sistemas Android e IOS, devendo ser disponibilizado gratuitamente nas lojas virtuais (Play Store e Apple Store) para ser baixado pelo usuário para que, após cadastro, possa efetuar a compra de créditos e utilização dos mesmos no estacionamento rotativo. O aplicativo deverá ser integrado aos demais sistemas/equipamentos para operação e fiscalização do estacionamento rotativo, permitindo que os mesmos obtenham a informação referente aos veículos que efetuarem a compra e utilização dos tickets.

23.2.3. A utilização do aplicativo para smartphone deverá ser facultativa pelo usuário, de acordo com a sua vontade e interesse.

23.2.4. O aplicativo deverá permitir ao usuário verificar a situação do veículo estacionado com tickets comprados, o status e o tempo remanescente de estacionamento. O tempo

remanescente de estacionamento deverá ser apresentado de forma decrescente. (Alterado após decisão no Processo TC-019866.989.25-4 – TCE-SP, 25/03/2026 – item 2.12 “b”)

23.2.5. O aplicativo deverá enviar alerta para os usuários quando o tempo contratado de estacionamento estiver prestes a expirar, conforme configurado, permitindo a ativação de mais créditos. (Alterado após decisão no Processo TC-019866.989.25-4 – TCE-SP, 25/03/2026 – item 2.12 “b”)

23.2.6. O aplicativo deverá permitir que o usuário consulte através de seu aplicativo o histórico de utilização dos créditos, contendo data/hora do evento, placa, código identificador da operação, valor envolvido na utilização dos serviços, créditos e débitos. (Alterado após decisão no Processo TC-019866.989.25-4 – TCE-SP, 25/03/2026 – item 2.12 “b”)

23.2.7. O aplicativo deverá permitir que o pagamento pelo usuário seja realizado pelo menos através de cartões de crédito, débito, boleto bancário e PIX. (Alterado após decisão no Processo TC-019866.989.25-4 – TCE-SP, 25/03/2026 – item 2.12 “b”)

23.2.7.1. Para a aquisição dos créditos eletrônicos pré-pagos, o aplicativo deverá dispor de pagamentos pelo menos através de cartão de crédito, débito, boleto bancário e Pix, sendo a CONCESSIONÁRIA responsável pela integração junto ao gateway de pagamento. (Alterado após decisão no Processo TC-019866.989.25-4 – TCE-SP, 25/03/2026 – item 2.12 “b”)

23.2.8. O aplicativo deverá ter a opção para o usuário estornar o crédito pago e não utilizado na permanência do veículo estacionado, limitado à utilização mínima de 30 minutos (troco digital). (Alterado após decisão no Processo TC-019866.989.25-4 – TCE-SP, 25/03/2026 – item 2.12 “b”)

23.2.9. O aplicativo deverá disponibilizar a aquisição de tempo de estacionamento, no mínimo, com as opções de 60, 90 e 120 minutos. Após a confirmação do tempo e a validação pelo aplicativo, deverá ser informado ao usuário o horário final do estacionamento. (Alterado após decisão no Processo TC-019866.989.25-4 – TCE-SP, 25/03/2026 – item 2.12 “b”)

23.2.10. O aplicativo deverá permitir a verificação das vagas disponíveis para estacionamento em mapa. As informações das vagas disponíveis serão obtidas através da fiscalização realizada pelo veículo do videomonitoramento com OCR. O mapa deverá distinguir as vagas de idosos, deficientes e vagas remuneradas de estacionamento rotativo. (Alterado após decisão no Processo TC-019866.989.25-4 – TCE-SP, 25/03/2026 – item 2.12 “b”)

23.2.11. O cadastro de usuários deverá conter os seguintes dados mínimos: e-mail do usuário, senha de cadastramento (fornecida no ato da habilitação do cadastro no APP a ser confirmada por e-mail), CPF, nome completo, endereço e telefone/celular. O usuário poderá, no ato do cadastro inicial, incluir o veículo ou optar por incluir futuramente. (Alterado após decisão no Processo TC-019866.989.25-4 – TCE-SP, 25/03/2026 – item 2.12 “b”)

23.2.12. O usuário poderá efetuar o cadastro de ilimitados veículos, através do fornecimento

da placa, categoria do veículo e uma descrição do mesmo. Deverá existir opção no cadastro de veículos para que o usuário possa marcar o mesmo como favorito. O veículo marcado como favorito deverá aparecer pré-selecionado no momento de uma ativação de tíquete pelo usuário.

23.2.13. O aplicativo deverá prever a abertura de uma conta no sistema, obrigatoriamente com CPF e um telefone do titular da conta pré-paga. O sistema deverá fornecer aos usuários os históricos de todas as operações realizadas. (Alterado após decisão no Processo TC-019866.989.25-4 – TCE-SP, 25/03/2026 – item 2.12 “b”)

23.2.14. O aplicativo deverá possibilitar o pagamento do AT e apresentar as pendências de estacionamento para placas cadastradas, informando a data e hora da notificação e o valor a ser pago. (Alterado após decisão no Processo TC-019866.989.25-4 – TCE-SP, 25/03/2026 – item 2.12 “b”)

23.2.14. O aplicativo deverá permitir o cadastro dos cartões de crédito e débito do usuário, facilitando futuras novas compras de créditos. O sistema deverá possuir elementos de segurança que impeçam a utilização indevida dos cartões cadastrados. (Alterado após decisão no Processo TC-019866.989.25-4 – TCE-SP, 25/03/2026 – item 2.12 “b”)

23.2.15. O aplicativo deverá possuir uma sessão com todas as regras sobre o uso do sistema de estacionamento rotativo, uma sessão com as principais dúvidas, além de informações sobre o canal de comunicação com o usuário através de e-mail, telefone fixo e/ou Internet. (Alterado após decisão no Processo TC-019866.989.25-4 – TCE-SP, 25/03/2026 – item 2.12 “b”)

23.2.16. O funcionamento do APP deverá observar os requisitos da LGPD.

23.3. PAGAMENTO DE TARIFA ATRAVÉS DE LEITURA DE QR CODE

23.3.1. O usuário do estacionamento rotativo deve ter a opção de realizar os pagamentos das tarifas disponíveis no sistema através da leitura de QRcodes a serem fixados em locais estratégicos, sem a necessidade de cadastro e sem a necessidade de instalar o APP no smartphone. Os pagamentos devem ser compatíveis com os períodos de tempo de estacionamento e formas previstas na legislação em vigor.

23.3.2. A solução deverá permitir que o usuário aponte a câmera do seu smartphone para o Qrcode, que poderá ser disponibilizado em placas ou em imóveis existentes na região do estacionamento rotativo, e efetue o pagamento da tarifa desejada pelo menos através de Pix. Ao apontar a câmera para o Qrcode o usuário deverá ser direcionado para um menu onde deverão ser oferecidas as opções para aquisição dos tíquetes sem a necessidade de realizar o cadastro previamente.

23.3.3. A solução deverá permitir a inserção da placa e modelo do veículo do usuário e disponibilizar instantaneamente a informação em todo o sistema.

23.3.4. A solução deverá prever o envio de comprovante por email ou outro meio adequado.

23.3.5. O usuário deverá ter a opção de escolher o tempo e o valor do estacionamento.

23.4. TERMINAL DE AUTO ATENDIMENTO DO TIPO TOTEM

23.4.1. Equipamentos a serem alocados em locais cobertos, como na entrada de galerias, shoppings, locais de atendimento ao público, prédios comerciais e de serviços, para que os usuários do estacionamento rotativo tenham acesso ao sistema e suas facilidades sem necessitar de atendimento pessoal. A unidade de auto atendimento ao público por totem deverá observar os seguintes requisitos mínimos:

23.4.2. O sistema informatizado embarcado no totem deverá ser desenvolvido para essa finalidade, de fácil operação, sem a necessidade da utilização de mouse ou teclado físico, sendo o acesso através da tela “touchscreen” de no mínimo 21”, impressora térmica para impressão dos recibos das operações, com resolução de impressão de 203 dpi x 203 dpi, velocidade de 200 mm/s, pelo menos, computador com processador mínimo similar ao Core i5 10ª Geração i5-10400F 2.9GHz, 8 GB de memória RAM, 120 Gb de HD SSD, licença de Windows. Não serão aceitos links para web-site que não forem desenvolvidos para este fim.

23.4.3. A solução deverá receber pagamentos pelo menos através de cartões de débito, crédito e Pix.

23.4.4. Os equipamentos funcionarão em ambientes internos, cobertos, e deverão possuir estruturas bem acabadas, a exemplo de aço-carbono com tratamento anticorrosivo e pintura eletrostática, ou similares.

23.4.5. O totem deverá possuir impressora para impressão dos recibos das operações.

23.4.6. O sistema embarcado disponível no totem deverá permitir que o usuário do estacionamento rotativo execute pelo menos as seguintes operações:

23.4.6.1. Compra e ativação de tiquete para o veículo, mediante a informação da placa pelo informado pelo usuário.

23.4.6.2. Compra de créditos para utilização no aplicativo para usuário do Estacionamento Rotativo, mediante a informação do CPF ou E-mail pelo usuário.

23.4.6.3. Regularização do Aviso de Tolerância, mediante a informação da identificação do aviso.

23.4.7. A CONCESSIONÁRIA ficará responsável pela manutenção e pelos suprimentos de bobinas de papel dos equipamentos.

23.4.8. O comprovante emitido pela solução deverá possuir no mínimo as seguintes informações: número de identificação do tiquete, data e hora da efetivação da venda, placa do

veículo, valor pago pelo tíquete eletrônico, tempo permitido para utilização do estacionamento rotativo regulamentado.

23.4.9. A CONCESSIONÁRIA deve fornecer e instalar as bobinas de papel a serem utilizadas nas impressoras. A qualidade do papel fornecido deverá permitir que as informações impressas permaneçam legíveis por no mínimo 2 (dois) anos.

~~23.4.10. Ao menos um totem deve ser instalado no “Atende Fácil” da Prefeitura Municipal de Araçatuba. Os demais poderão ser instalados em centros comerciais, a depender da aceitação de cada estabelecimento. (Suprimido após decisão no Processo TC-019866.989.25-4 – TCE-SP, 25/03/2026 – item 2.12 “c”)~~

23.4.10. Na área de concessão do sistema de estacionamento rotativo a CONCESSIONÁRIA deverá instalar 02 (dois) totens, sendo um necessariamente no “Atende Fácil” da Prefeitura Municipal de Araçatuba, localizado na rua Conselheiro Oscar Rodrigues Alves, 295, centro. (Alterado após decisão no Processo TC-019866.989.25-4 – TCE-SP, 25/03/2026 – item 2.12 “c”)

23.4.10.1. Durante a vigência do contrato e da expansão da área do sistema de estacionamento rotativo, a CONCESSIONÁRIA poderá instalar outros totens para proporcionar a melhoria da qualidade do atendimento dos usuários, sempre respeitado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. (Alterado após decisão no Processo TC-019866.989.25-4 – TCE-SP, 25/03/2026 – item 2.12 “c”)

23.5. TERMINAL PORTÁTIL ATRAVÉS DOS COLABORADORES DA CONCESSIONÁRIA

23.5.1. Equipamento a ser utilizado por colaboradores da CONCESSIONÁRIA para venda de créditos aos usuários, com no mínimo as seguintes características:

23.5.2. O equipamento deverá aceitar as principais bandeiras de cartão e permitir o pagamento através de cartão de crédito, débito, por aproximação (NFC), Pix.

23.5.2.1. O equipamento deverá conter a opção para pagamento do AT. (Alterado após Processo TC-019866.989.25-4 – TCE-SP, 25/03/2026)

23.5.3. A solução deverá permitir envio gratuito do comprovante por SMS informado pelo usuário.

23.5.4. Opta-se por esta solução em uma quantidade média, voltada ao atendimento dos usuários com maiores dificuldades em acessar as tecnologias disponíveis e também dos usuários que procuram ser rápidos no estacionamento, evitando entrar em um Ponto Fixo de Venda PV para o pagamento da tarifa de estacionamento.

23.5.5. O comprovante emitido pela solução deverá possuir no mínimo as seguintes informações: número de identificação do tíquete, data e hora da efetivação da venda, placa do

veículo, valor pago pelo tíquete eletrônico, tempo permitido para utilização do estacionamento rotativo regulamentado.

23.5.5.1. O equipamento deverá possuir impressora térmica acoplada, com especificação mínima necessária para o bom funcionamento. (Acrescentado após decisão no Processo TC-019866.989.25-4 – TCE-SP, 25/03/2026 – item 2.12 “d”)

23.5.5.2. A reposição das bobinas de papel das impressoras térmicas ficará sob encargo da CONCESSIONÁRIA. (Acrescentado após decisão no Processo TC-019866.989.25-4 – TCE-SP, 25/03/2026 – item 2.12 “d”)

23.5.5.3. A qualidade do papel fornecido deverá permitir que as informações impressas permaneçam legíveis por no mínimo 2 (dois) anos. (Acrescentado após decisão no Processo TC-019866.989.25-4 – TCE-SP, 25/03/2026 – item 2.12 “d”)

23.5.9. O equipamento deverá possuir as seguintes especificações técnicas mínimas similares: processador Quad Core 1.00 GHz, memória flash 16GB, RAM 2GB, tela com 4.0 polegadas com capacidade touchscreen, velocidade de Impressão de 75mm/s, bobina de impressão de no mínimo 40mm, conectividade 4G ou superior, wireless, bateria de 5000 mAh, sistema operacional Android. (Acrescentado após Processo TC-019866.989.25-4 – TCE-SP, 25/03/2026)

23.5.10. A proporção mínima deverá ser de 01 (um) terminal portátil para 150 (cento e cinquenta) vagas de estacionamento rotativo pago. (Alterado após decisão no Processo TC-019866.989.25-4 – TCE-SP, 25/03/2026 – item 2.12 “c”)

23.6. PLATAFORMA DE 0800/SMS

23.6.1. Meio de pagamento eletrônico/digital integrado a conta pré-paga do usuário com cadastro ativo e saldo em conta.

23.6.2. Por meio de ligação gratuita via 0800 ou envio de SMS gratuito, o usuário poderá ativar seu tempo de permanência de forma autônoma e sem necessidade de Internet ou de realizar o download de aplicativo.

23.6.3. Plataformas de 0800 - SMS deverão receber o pagamento através do saldo da conta pré-paga.

23.6.4. Especificações da Plataforma 0800:

23.6.4.1. Todo o usuário cadastrado no sistema deverá ter a opção de aquisição dos tíquetes de estacionamento através de ligação 0800.

23.6.4.2. A CONCESSIONÁRIA deverá fornecer número para ligação gratuita, aceitando ligações de números móveis e que possua capacidade de receber ligações simultâneas em

grande escala.

23.6.4.3. Uma vez cadastrado no APP o usuário terá a opção de aquisição dos tíquetes de estacionamento através de ligação 0800.

23.6.4.4. O atendimento deverá ser do tipo eletrônico automatizado – URA - Unidade de Resposta Audível, possibilitando ao usuário a aquisição do tíquete de estacionamento.

23.6.4.5. Deverá ser oferecido ao usuário a opção de falar com atendente caso haja dúvidas ou não consiga realizar a operação.

23.6.5. Especificações da Plataforma SMS:

23.6.5.1. O usuário deverá enviar, de forma gratuita, um SMS e adquirir o tíquete de estacionamento.

23.6.5.2. Uma vez cadastrado no APP, o usuário terá a opção de aquisição dos tíquetes de estacionamento por envio de SMS – Short Message Service.

23.6.5.3. O sistema deverá retornar mensagem com a confirmação da ativação do tíquete, informando claramente seu tempo e data de validade.

23.6.5.4. Os valores utilizados nas transações devem ser abatidos do valor do saldo disponível do usuário.

23.7. CARTÃO DE ESTACIONAMENTO - SMARTCARD

23.7.1. Os cartões inteligentes sem contato, deverão ser únicos e padronizados para todas as áreas da concessão, podendo ser utilizados indistintamente em qualquer local de estacionamento rotativo do Município. Os créditos de estacionamento deverão sempre ser carregados nos cartões inteligentes utilizando os parquímetros. A solução deverá disponibilizar consulta de saldo e extrato via site web.

23.7.2. Deve ser dotado de criptografia específica (metodologia de codificação fechada), impedindo que terceiros não habilitados usem o sistema, leiam ou alterem informações armazenadas, permitindo a codificação.

23.8. PARQUÍMETROS

23.8.1. Plataforma de autoatendimento para compra de créditos para ativação de estacionamento avulso em equipamentos do tipo parquímetro que serão instalados em via pública de fácil acesso aos usuários em locais de grande movimentação.

23.8.2. Deverão receber o pagamento através de cartões de crédito e de débito (por inserção do cartão/senha, no mínimo nas bandeiras Visa e Mastercard), cartão eletrônico recarregável, transação via PIX e todas as moedas nacionais em circulação, à exceção da moeda de um centavo.

23.8.3. Todos os parquímetros a serem instalados devem ser novos, sem uso, com nota fiscal de fábrica ou atestação/declaração do fabricante acerca desta condição, onde marca, modelo e fabricante serão de livre escolha da CONCESSIONÁRIA.

23.8.4. Deverão permitir a emissão de comprovantes de estacionamento impresso e via SMS.

23.8.5. Oferecer a opção para o usuário estornar o crédito pago e não utilizado na permanência no cartão eletrônico recarregável, limitado a utilização mínima de 30 minutos (troco digital).

23.8.6. Permitir a remoção dos componentes eletrônicos de forma rápida e fácil, para evitar danos ao equipamento em alguma emergência.

23.8.7. Trabalhar com conexão em tempo real com o sistema de gestão, permitindo o acompanhamento constante e em tempo real de sua atividade.

23.8.8. Permitir o controle e rastreabilidade das operações realizadas.

23.8.9. Permitir auditorias em tempo real, quando da retirada de seus cofres ou, em casos excepcionais, a emissão de relatório pelo equipamento.

23.8.10. Possuir display para orientação dos usuários e teclado alfanumérico para inserção de dados, ou tela touchscreen.

23.8.11. Possuir alimentação de energia autônoma, através de baterias e/ou painel solar, não podendo em hipótese nenhuma estar ligado a uma fonte externa de alimentação energética.

23.8.12. Permitir a reprogramação de tarifas e outros parâmetros de estacionamento fora dos horários de operação.

23.8.13. Ser compatível e integrado com o software de gestão do estacionamento rotativo.

23.8.14. Todos os insumos, tais como conexão, materiais (bobina de papel) e manutenção do equipamento deverão ser supridos pela CONCESSIONÁRIA.

23.8.15. Os equipamentos deverão funcionar utilizando comunicação wifi, rede móvel ou tecnologia similar. Deverão ter software embarcado que comunique com o sistema de gestão integrada do estacionamento rotativo em tempo real. Todos os comprovantes emitidos devem ser impressos em papel.

23.8.16. A quantidade mínima de parquímetros será na proporção de 1 (um) para 100 (cem)

vagas de estacionamento rotativas pagas. (Alterado após decisão no Processo TC-019866.989.25-4 – TCE-SP, 25/03/2026 – item 2.12 “c”)

23.8.17. A instalação e disposição dos equipamentos nas vias públicas não devem prejudicar a acessibilidade e devem ser compatíveis com os mobiliários urbanos e infraestruturas existentes.

23.9. DOS DEMAIS MEIOS DE AQUISIÇÃO DE TÍQUETES DE ESTACIONAMENTO

23.9.1. A CONCESSIONÁRIA poderá implantar outros meios para aquisição de tíquetes de estacionamento pelos usuários, desde que previamente aprovados pelo PODER CONCEDENTE.

~~23.9.2. Os parquímetros existentes nas vias públicas, que são remanescentes do contrato anterior de concessão (bens reversíveis), poderão ser utilizados como meios de pagamentos das tarifas pelos usuários. Nesse caso, a adequação e manutenção ficará sob a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA. Esses parquímetros remanescentes continuarão como bens do PODER PÚBLICO e entrarão na definição de “bens reversíveis” da concessão. (Suprimido após decisão no Processo TC-019866.989.25-4 – TCE-SP, 25/03/2026 – item 2.9)~~

23.10. SOFTWARE DE GESTÃO DO SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO

23.10.1. Software de gestão que possibilite a integração de todo o sistema e a emissão de relatórios gerenciais, de operação e financeiro.

23.10.2. O sistema de informações gerenciais deve permitir o controle da arrecadação e pagamento das tarifas em todos os meios disponíveis.

23.10.3. O sistema de informações gerenciais deve permitir a impressão de relatórios e gráficos, tabelas, mapas ou informativos.

23.10.4. O sistema de gestão deverá tratar e gerenciar as informações referentes às situações dos avisos de tolerância, conforme regras estabelecidas na legislação municipal.

23.10.5. O sistema de gestão deve possuir funcionalidades que permitam a auditoria e garantam a segurança das operações realizadas.

23.11. CÂMERAS PARA FUNCIONAMENTO EMBARCADO EM VEÍCULOS PARA O VIDEOMONITORAMENTO

23.11.1. Conjunto de equipamentos com OCR (Optical Character Recognition) para fiscalização de veículos estacionados nas áreas de estacionamento rotativo através de videomonitoramento, conforme normas CONTRAN, a serem instalados em veículos da CONCESSIONÁRIA. Especificações mínimas definidas abaixo:

23.11.2. O equipamento deve compor um sistema integrado de fiscalização de veículos estacionados, que possibilite a captura de imagens através de câmeras com recurso OCR/LAP, sistema de leitura automática de placas e identificação dos veículos estacionados, identificação da posição georreferenciada da imagem e apontamento dos veículos sem o pagamento das tarifas.

23.11.3. O conjunto deverá contar com uma interface para o operador, através de um dispositivo do tipo tablet, notebook ou similar, que permita a visualização da operação, ajustes e monitoramento no interior do veículo, dotado ainda de sistema/cabos de alimentação de energia e comunicação para operação ininterrupta durante todo o período de uso do veículo.

23.11.4. O equipamento e todos os acessórios embarcados deverão ser alimentados diretamente pela energia elétrica fornecida pelo próprio veículo automotor, sem a necessidade de alimentação externa ou estranha ao veículo.

23.11.5. O equipamento de captura de imagens deverá possibilitar a captura e leitura das placas dos veículos estacionados em ambos os lados da via e em qualquer sentido.

23.11.6. O sistema deverá possibilitar segurança na leitura das placas, inclusive no novo formato MERCOSUL.

23.11.7. O conjunto deverá enviar as informações para os agentes de trânsito na central de fiscalizações do PODER CONCEDENTE.

23.11.8. A solução deverá identificar os veículos que estão com ativação e pagamento pelo uso das vagas, em situação regular ou não.

23.11.9. Deverá ser possível criar uma lista de veículos isentos de pagamento, conforme legislação específica, veículos suspeitos ou procurados e emitir um alerta, possibilitando o cruzamento de informações, auxiliando a segurança pública por meio de integração de sistemas a serem objetos de convênios pelo PODER CONCEDENTE.

23.11.10. As informações das placas reconhecidas durante a leitura deverão ficar armazenadas em um banco de dados de forma segura. As informações ainda deverão ficar disponíveis para consultas a qualquer momento. É importante ter um banco de dados adequado para que o reconhecimento das placas dos automóveis aconteça, por isso o sistema de Leitura Automática de Placas deverá armazenar dados como a placa do carro, localização precisa, bem como o dia e hora que o veículo foi fiscalizado.

23.11.11. O veículo com sistema por meio de tecnologia OCR/LAP deverá apontar e identificar automaticamente e individualmente as vagas regulares e especiais, diferenciando-as entre as demais dentro do mesmo perímetro, para o correto e devido monitoramento e fiscalização do estacionamento na área regulamentada.

23.12. VEÍCULOS PARA VIDEOMONITORAMENTO – MÍNIMO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS

23.12.1. Veículos para utilização junto aos equipamentos de OCR para fiscalização de veículos estacionados nas áreas de concessão do estacionamento rotativo. Deverão dispor, no mínimo:

23.12.2. Sinalizador visual de serviço em LED, cor amarelo âmbar, conforme normas CONTRAN (prestação de serviços).

23.12.3.. As manutenções e as despesas de utilização do veículo, como combustível, óleo, pneus, seguro, entre outros, ficarão sob encargo da CONCESSIONÁRIA.

23.12.4. Os veículos deverão possuir seguro completo.

23.12.5. É de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA o fornecimento dos condutores (motoristas) dos veículos durante a fiscalização.

23.12.6. A fiscalização do estacionamento dos veículos na área de concessão deverá ocorrer durante o horário de funcionamento do estacionamento rotativo.

23.12.7. O veículo deverá possuir identificação visual.

23.13. DA CENTRAL DE FISCALIZAÇÃO DO PODER CONCEDENTE – FISCALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO POR VIDEOMONITORAMENTO

23.13.1. A central de fiscalização do PODER CONCEDENTE compreende o conjunto de equipamentos e softwares a serem instalados na sede Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, que serão utilizados para fiscalização da prestação dos serviços ora concedidos e para a fiscalização por videomonitoramento do estacionamento rotativo, conforme normas CONTRAN, com as seguintes características mínimas:

23.13.2. Hospedagem do sistema e manutenção dos dados da operação em servidores da CONCESSIONÁRIA, em data center de alta disponibilidade.

23.13.3. A CONCESSIONÁRIA será responsável por manter os seus softwares e homologações atualizados, em conformidade com a legislação em vigor, inclusive as resoluções do CONTRAN e deliberações e portarias do SENATRAN, em tempo hábil e perfeitas e plenas condições de uso.

23.13.4. A central de fiscalização do PODER CONCEDENTE deverá permitir o acompanhamento operacional e financeiro do estacionamento rotativo, em tempo real, com demonstrações de indicadores das atividades que estão sendo realizadas, tempo de inatividade dos dispositivos, valores arrecadados.

23.13.5. A central de fiscalização do PODER CONCEDENTE deverá ser composta, pelo menos, por 02 (dois) computadores/notebooks a serem utilizados como estações de trabalho, com as seguintes especificações mínimas (ou similares): processador Intel core i5 com

velocidade de 1.60GHz e memória Cache 6MB, memória de 8 GB, HD SSD de 256 GB, placa de rede ethernet 10/100/1000 mbps, monitor de vídeo LED 15.6", teclado padrão ABNT2, mouse, estabilizador 300 VA, sistema operacional Windows 10 ou superior.

23.13.6. A central de fiscalização do PODER CONCEDENTE deverá ainda conter, pelo menos, 02 (dois) monitores-TVs Led, com no mínimo 50 polegadas para utilização junto ao módulo de indicadores e gestão em tempo real. Junto aos monitores deverá ser fornecido um computador com duas saídas de vídeo para integração ao sistema.

23.13.7. A CONCESSIONÁRIA deverá fazer breve capacitação dos servidores do PODER CONCEDENTE para operação dos equipamentos e softwares.

23.13.8. A CONCESSIONÁRIA deverá providenciar a instalação, implantação e configuração da central de fiscalização do PODER CONCEDENTE.

23.13.9. A CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar ao PODER CONCEDENTE suporte técnico telefônico e via Internet pelo menos em horário de funcionamento do sistema de estacionamento rotativo.

23.13.10. A CONCESSIONÁRIA deverá providenciar toda atualização tecnológica dos equipamentos e sistemas envolvidos, e novos meios de pagamento, desde que aprovados previamente pelo PODER CONCEDENTE.

23.13.11. A CONCESSIONÁRIA deverá possuir um sitio eletrônico na web ("site"), possibilitando aos usuários obter as informações sobre o Sistema de Estacionamento Rotativo, tais como locais de abrangência do estacionamento rotativo, horário de funcionamento, valores, informações sobre feriados, pontos facultativos ou qualquer outra, demais informações que sejam úteis ao usuário.

23.13.12. A CONCESSIONÁRIA deverá realizar a implantação de todos os sistemas e equipamentos, bem como suas verificações, homologações e licenças antes do início do funcionamento.

23.13.13. A CONCESSIONÁRIA deverá realizar todos os serviços de manutenção e suporte da solução.

23.13.14. A CONCESSIONÁRIA deverá renovar todas as licenças e homologações de uso, antes de expirados os prazos, enquanto os equipamentos, dispositivos e softwares estiverem em operação.

23.13.15. A CONCESSIONÁRIA deverá manter atendimento ao usuário para suporte de uso das plataformas e aplicativos.

23.13.16. A manutenção dos equipamentos deverá ser executada de tal forma que sua funcionalidade não seja prejudicada, mantendo todas as informações e funções pertinentes à

operação.

23.13.17. A manutenção física dos equipamentos deverá ser feita por técnico qualificado, uniformizado e identificado.

23.13.18. Deverá ser executada periodicamente a manutenção preventiva e limpeza dos equipamentos, objetivando um perfeito estado de funcionamento e segurança dos mesmos.

23.13.19. A CONCESSIONÁRIA deverá acompanhar o funcionamento dos equipamentos para verificação de todas as suas funcionalidades, observando se estão operando normalmente.

23.13.20. A CONCESSIONÁRIA deverá prestar o serviço de GATEWAY DE PAGAMENTO integrado aos softwares do sistema.

23.13.21. A CONCESSIONÁRIA será a única responsável por toda a rede credenciada.

23.13.22. O pagamento dos tíquetes e créditos de estacionamento deverá ocorrer, no mínimo, por: cartão de crédito, cartão de débito, boleto e Pix.

23.13.23. A solução deverá aceitar o pagamento, no mínimo, através das bandeiras de cartão de crédito que atendam todo o território nacional.

23.13.24. O GATEWAY DE PAGAMENTO deve seguir os “Padrões de Segurança de Dados para a indústria de cartões de pagamento.

23.13.25. A CONCESSIONÁRIA deverá assumir a indenização pelos danos decorrentes da prestação dos serviços ora concedidos, inclusive os praticados por seus funcionários.

23.13.26. A CONCESSIONÁRIA será a única responsável pelas despesas de operação e todos os tributos devidos.

23.13.27. Informações gerenciais, como o número de usuários, ocupação das vagas, vendas de tíquetes, arrecadação, entre outras, deverão estar disponíveis na central de fiscalização do PODER CONCEDENTE, para que possam ser adotadas medidas que visem melhorar o trânsito e a mobilidade na área de concessão.

24. DA CAPACIDADE DE EXPANSÃO E ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA

24.1. Em decorrência evolução tecnológica, a CONCESSIONÁRIA poderá vir a incrementar, atualizar ou substituir os equipamentos, modelos de operacionalização e sistemas instalados, submetendo à aprovação do PODER CONCEDENTE, desde que garantidos os requisitos mínimos do termo de referência e condições do edital de licitação.

24.2. Os custos e despesas de qualquer natureza, decorrentes de alterações introduzidas deverão ser de responsabilidade única e exclusiva da CONCESSIONÁRIA.

25. DO REPASSE MÍNIMO AO PODER CONCEDENTE E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

25.1. O percentual mínimo de repasse da CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE será de 10% (dez por cento) sobre o total bruto arrecadado, nos termos da legislação em vigor.

*Lei Municipal nº 7377, de 22 de junho de 2011
(...)*

Art. 4º – O Sistema de Estacionamento Rotativo será administrado diretamente pela Prefeitura Municipal ou concedido para exploração à iniciativa privada, mediante contrato de concessão pública, regido pela Lei Federal nº 8987, de 13 de fevereiro de 1995, cabendo à Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, em qualquer das hipóteses, a tarefa de coordenar o funcionamento do sistema, conforme dispuser o regulamento.

§ 1º Os recursos arrecadados com a cobrança do preço do estacionamento deverão se reverter à Secretaria Municipal da Fazenda, que manterá conta em banco autorizado exclusivamente para o gerenciamento do Sistema de Estacionamento Rotativo, na forma estabelecida pelo regulamento, para serem aplicados da seguinte forma:

I - percentual mínimo de 10% (dez por cento) do total bruto nos programas, projetos e benefícios de caráter assistencial, a cargo da Secretaria Municipal de Assistência Social.

II - percentual máximo de 90% (noventa por cento) do total bruto, na infraestrutura do Sistema de Estacionamento Rotativo, pagamento de funcionários, compra de talonário, sinalização horizontal e vertical, entre outros.

§ 2º Os valores de que trata o inciso II deste artigo serão destinados à Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e/ou à empresa privada, no caso de concessão do serviço.

§ 3º A Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana é o órgão municipal gestor do Sistema Rotativo, ainda que o serviço seja prestado por concessionário.

§ 4º A Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana terá acesso à movimentação financeira e extratos de conta bancária, talonários de estacionamento e demais documentos necessários a regular a fiscalização do serviço.

25.2. Considerando que o pagamento da outorga será mensalmente efetuado pela CONCESSIONÁRIA, com fundamento no inciso II do artigo 15 da Lei Federal nº 8987, de 13 de fevereiro de 1995, opta-se pela “maior oferta” como critério de julgamento, sendo as propostas referenciadas no percentual de repasse mensal a ser aplicado sobre o total bruto auferido com a exploração dos serviços concedidos, com o mínimo fixado em 10% (dez por cento), nos termos da Lei Municipal nº 7377, de 22 de junho de 2011.

25.3. A visita prévia nos trechos de concessão dos serviços públicos é opcional, mas é importante para a licitante verificar as reais condições dos locais de prestação dos serviços, uma vez que a visita presencial possibilita a obtenção das informações e das características

das áreas e das vagas de estacionamento a serem controladas.

26. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

26.1. Para estimativa do valor da contratação, buscou-se dados anteriores do sistema de estacionamento rotativo. As informações também poder servir como elementos para que os proponentes possam estudar a viabilidade econômico financeira do modelo proposto.

26.2. Os proponentes serão os responsáveis pela verificação da viabilidade econômica de suas propostas comerciais e adequação ao modelo de concessão proposto neste termo de referência.

26.3. Os valores atualizados das tarifas para a nova concessão dos serviços de Estacionamento Rotativo constarão em documento próprio.

26.4. Decreto Municipal publicado em julho de 2023:

Decreto Municipal nº 22864, de 11 de julho de 2023

Art. 1º Os valores das tarifas para estacionamento nas vagas delimitadas pelo Sistema de Estacionamento Rotativo, administrado pela empresa ASG Engenharia Ltda, ficam reajustados de acordo com os incisos seguintes:

I - ½ (meia) hora: R\$ 1,30 (um real e trinta centavos);

II - 1 (uma) hora: R\$ 2,60 (dois reais e sessenta centavos);

III - 1 ½ (uma hora e meia): R\$ 3,90 (três reais e noventa centavos);

IV - 2 (duas) horas: R\$ 5,20 (cinco reais e vinte centavos);

V - caçamba estacionária coletora de entulho: R\$ 21,30 (vinte e um reais e trinta centavos) por dia de ocupação;

VI - Aviso de Cobrança de Tarifa (ACT): R\$ 26,00 (vinte e seis reais).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e produzirá seus efeitos após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsto no contrato de concessão.

Relatórios de arrecadação da concessionária anterior Arapark (1498 vagas de estacionamento rotativo)		
MÊS DE ARRECADAÇÃO	TOTAL ARRECADADO	TOTAL REPASSADO
Setembro 2024	R\$ 320.065,56	R\$ 32.006,56
Agosto 2024	R\$ 340.721,17	R\$ 34.072,12
Julho 2024	R\$ 324.701,91	R\$ 32.470,19
Junho 2024	R\$ 305.193,43	R\$ 30.519,34
Mai 2024	R\$ 301.510,39	R\$ 30.151,04
Abril 2024	R\$ 296.047,94	R\$ 29.604,79
Março 2024	R\$ 267.166,52	R\$ 26.716,65

Fevereiro 2024	R\$ 266.294,29	R\$ 26.629,43
Janeiro 2024	R\$ 285.161,90	R\$ 28.516,19

Tabela 26a – Relatório de arrecadação da antiga CONCESSIONÁRIA – ano 2024.

Demonstrativo da concessionária de Araçatuba ano 2022 (fonte: http://www.arapark.com.br/relacoesinstitucionais.html)						
Período	Receita mensal	Dias úteis	Média diária	Repasse	Total usuários/mês	Média usuários/dia
jan	R\$ 192.070,56	23	8.350,89	R\$ 19.207,06	144.886	6.299
fev	R\$ 190.306,24	22	8.650,28	R\$ 19.030,62	143.102	6.504
mar	R\$ 239.303,13	23,5	10.183,11	R\$ 23.930,31	166.643	7.091
abr	R\$ 203.155,25	21,5	9.449,08	R\$ 20.315,53	147.587	6.865
mai	R\$ 235.702,42	23	10.247,93	R\$ 23.570,24	167.686	7.291
jun	R\$ 231.412,15	23	10.061,40	R\$ 23.141,22	162.706	7.074
jul	R\$ 232.996,65	23	10.130,29	R\$ 23.299,67	155.689	6.769
ago	R\$ 237.438,00	25	9.497,52	R\$ 23.743,80	175.471	7.019
set	R\$ 217.962,79	23	9.476,64	R\$ 21.796,28	164.085	7.134
out	R\$ 192.505,16	22,5	8.555,78	R\$ 19.250,52	154.159	6.852
nov	R\$ 195.430,99	22	8.883,23	R\$ 19.543,10	152.783	6.945
dez	R\$ 215.519,48	23	9.796,34	R\$ 21.551,95	159.713	7.260
Total 2022	R\$ 2.583.802,82	274,5		R\$ 258.380,30	1.894.510	

Tabela 26b – Relatório de arrecadação da antiga CONCESSIONÁRIA – ano 2022.

Arrecadação 2018	R\$ 2.923.155,65
Arrecadação 2019	R\$ 2.803.043,86
Arrecadação 2021	R\$ 2.271.198,56
Arrecadação 2022	R\$ 2.583.802,82
Crescimento esperado da arrecadação ao ano pós pandemia (2021	13,76%

para 2022 e projeção futura)	
------------------------------	--

PERÍODO	ARRECADAÇÃO ESTIMADA
ANO 01	R\$ 2.939.334,09
ANO 02	R\$ 3.343.786,46
ANO 03	R\$ 3.803.891,48
ANO 04	R\$ 4.327.306,94
ANO 05	R\$ 4.922.744,38
ANO 06	R\$ 5.600.114,00
ANO 07	R\$ 6.370.689,69
ANO 08	R\$ 7.247.296,59
ANO 09	R\$ 8.244.524,60
ANO 10	R\$ 9.378.971,19
TOTAL	R\$ 56.178.659,42
VALOR CONTRATUAL ESTIMADO	

Tabela 26c – Estimativa do valor do contrato de concessão.

27. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

27.1. A concessão onerosa dos serviços públicos não prevê gastos pelo PODER CONCEDENTE.

28. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

28.1. Para os requisitos de qualificação técnica do certame deverão ser observados os seguintes dispositivos legais:

Lei Federal nº 14133, de 01 de abril de 2021

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de

contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;

VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

§ 3º Salvo na contratação de obras e serviços de engenharia, as exigências a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo, a critério da Administração, poderão ser substituídas por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, hipótese em que as provas alternativas aceitáveis deverão ser previstas em regulamento.

§ 4º Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

§ 5º Em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos.

§ 6º Os profissionais indicados pelo licitante na forma dos incisos I e III do caput deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

§ 7º Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista no inciso V do caput deste artigo por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

§ 8º Será admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico referido

nos incisos I e III do caput deste artigo.

§ 9º O edital poderá prever, para aspectos técnicos específicos, que a qualificação técnica seja demonstrada por meio de atestados relativos a potencial subcontratado, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, hipótese em que mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado.

§ 10. Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

I - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

II - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

§ 11. Na hipótese do § 10 deste artigo, para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

§ 12. Na documentação de que trata o inciso I do caput deste artigo, não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

28.2. Para efeito da qualificação técnica-operacional, deverá existir a comprovação da *execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior*, e o(s) seguinte(s) documento(s) deverá(ão) ser apresentado(s) pelo LICITANTE individual ou, no caso de CONSÓRCIO, por pelo menos um dos seus integrantes:

28.3. Atestado(s) de capacidade técnica operacional, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove(m) ter o LICITANTE operado sistema de estacionamento rotativo em vias públicas, dotado de sistema informatizado e venda de tíquetes por aplicativo de “smartphone”, com no mínimo 50% do total de vagas constante no Termo de Referência.

28.4. Para a qualificação técnica-profissional, comprovação de que a LICITANTE possui em seu quadro permanente de pessoal, na data prevista para apresentação das PROPOSTAS

nesta LICITAÇÃO, um ou mais profissionais de nível superior, ou outro devidamente reconhecido pelo Conselho competente, detentore(s) de atestado(s) de serviços de exploração de estacionamento rotativo em vias públicas.

28.5. O vínculo do profissional* com a LICITANTE poderá ser comprovado mediante apresentação da cópia da Carteira de Trabalho (CTPS), Ficha Registro de Empregado (FRE), ou por meio da apresentação do Contrato de Prestação de Serviços. Quando se tratar de dirigente de empresa, tal comprovação poderá ser feita por meio da cópia da Ata da Assembléia, referente à sua investidura no cargo ou, no caso de sócio, mediante apresentação do respectivo Contrato ou Estatuto Social, nos moldes da Súmula n.º 25 do TCE/SP.

28.6. A CONCESSIONÁRIA deverá manter durante o prazo de concessão dos serviços públicos as condições de habilitação e os profissional(ais) responsável(eis) detentor(es) de qualificação técnica, assim como de empregar materiais, mão-de-obra e equipamentos nas expressas especificações e quantidades constantes das ofertadas em sua PROPOSTA e em compatibilidade com as exigências do edital.

*Súmula nº 25 TCE-SP

Em procedimento licitatório, a comprovação de vínculo profissional pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.

28.7. A participação em consórcio de empresas será aceita desde que devidamente fundamentada na necessidade da complementação dos serviços objetos da licitação. Não serão admitidos consórcios onde uma das participantes atue meramente na administração dos serviços, como contratante dos serviços da empresa que possui a expertise no ramo.

29. DOS MODELOS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA

29.1. Toda a sinalização viária sob encargo da CONCESSIONÁRIA deverá observar a legislação em vigor, os manuais do Contran e as normas da ABNT.

29.2. A pintura das guias das vagas do sistema do Estacionamento Rotativo deverá ser na cor azul, padronizada pelo CONTRAN.

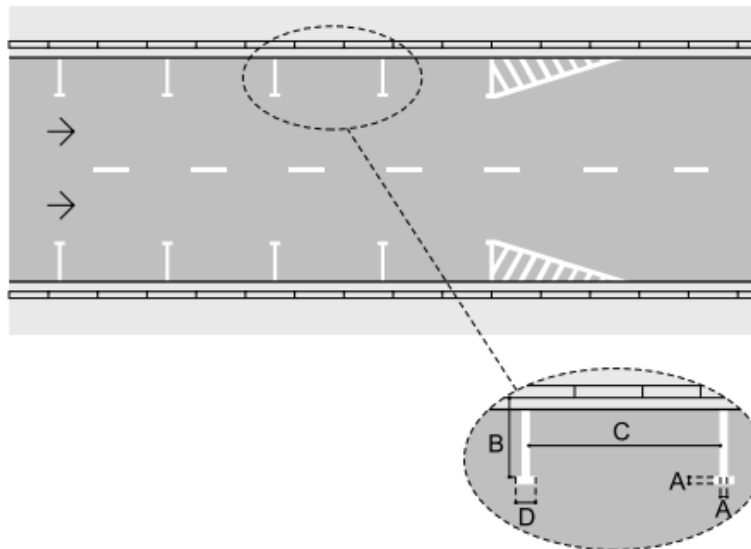


Figura 29a – Sinalização horizontal – demarcação de vagas (fonte: Manual Contran, Vol. IV, 2022 p75)

DIMENSÕES (m)	
Largura da linha lateral A	Mínima 0,10
	Máxima 0,20
Largura efetiva da vaga B	Mínima 2,20
	Máxima 2,70
Comprimento da vaga C	Variável *
Delimitador da vaga D (Opcional)	Mínima 0,40
	Máxima (Critério do projetista)

Tabela 29a – Dimensões das vagas (fonte: Manual Contran, Vol. IV, 2022, p74)

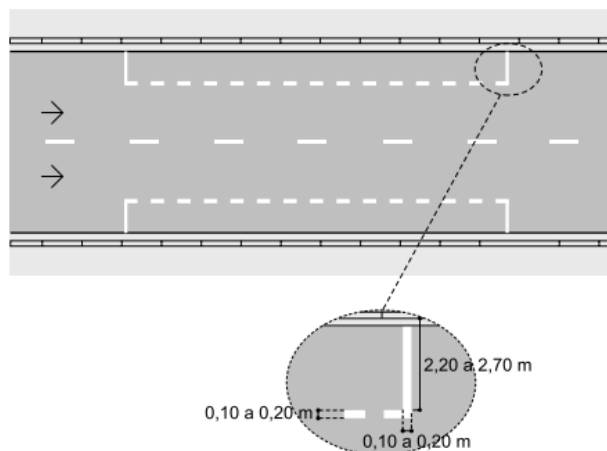


Figura 29b – Delimitação de estacionamento ao longo do trecho (Fonte: Manual Contran, Vol. IV, 2022, p74)

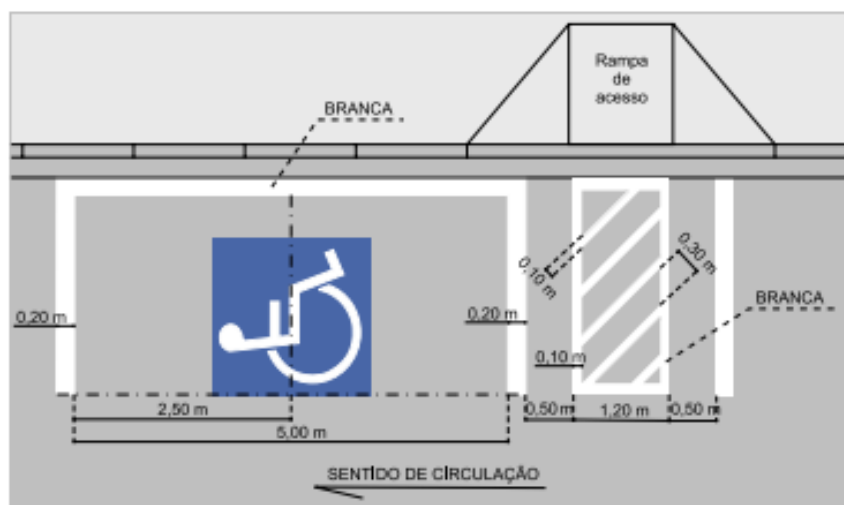


Figura 29c – Vaga DEF (Fonte: Manual Contran, Vol. IV, 2022, p106)



Figura 29d – Vaga IDS (Fonte: Manual Contran, Vol. IV, 2022, p109)



Figura 29e – Modelo de placa para o estacionamento rotativo (1,2 m x 0,5 m)



Figura 29f – Modelo de placa motocicleta



Figura 29g – Modelo de placa IDS.



Figura 29h – Modelo de placa DEF.



Figura 29i – Modelo de placa fiscalização por videomonitoramento.

29.3. A diagramação das placas deverá ser previamente aprovada pelo PODER CONCEDENTE antes da instalação.

29.4. A CONCESSIONÁRIA poderá apresentar outras diagramações de placas para a sinalização vertical, em substituição aos constantes neste termo, desde que observadas as disposições normativas e desde que aprovados pelo PODER CONCEDENTE.

30. DA PROVA DE CONCEITO

30.1. Com fundamento no inciso II do artigo 41 da Lei Federal nº 14133, de 01 de abril de 2021, com o objetivo de garantir a qualidade dos bens envolvidos na prestação dos serviços, optou-se pela realização de uma prova de conceito na fase de julgamento das propostas.

30.2. Caso a proponente classificada em primeiro lugar não apresente um item solicitado, será desclassificada.

30.3. Roteiro da prova de conceito:

Item	Materiais e especificações	Apresentou?	
		SIM	NÃO
23.1. EQUIPAMENTO PARA OPERAÇÃO DOS PONTOS FIXOS DE VENDA “PV’S”			
1	Equipamento para operação dos pontos de fixos de venda PV's com as seguintes especificações técnicas mínimas similares: processador Quad Core 1.00 GHz, memória flash 16GB, RAM 2GB, Tela com 5.0 polegadas com capacidade touchscreen, velocidade de Impressão de 75mm/s, bobina de impressão de no mínimo 40mm, conectividade 4G, wireless, bateria de 5000 mAh, sistema operacional Android, impressora térmica acoplada.		
2	O hardware para ponto de venda deverá obrigatoriamente ter impressora térmica acoplada, com especificação mínima necessária para o bom funcionamento.		
3	A solução deve permitir que seja informada a quantidade de créditos que o usuário deseja comprar, devendo esta quantidade ser multiplicada pela menor tarifa cobrada no sistema de estacionamento rotativo regulamentado, resultando no total a pagar.		
4	A solução deverá emitir o recibo impresso de compra de crédito logo após sua efetivação. Também deverá possibilitar o envio do comprovante através de SMS a ser enviado no celular informado pelo usuário.		
5	A solução deverá possuir funcionalidade que permita a venda de tíquetes eletrônicos de tempo para utilização no estacionamento rotativo.		
6	A solução deverá possuir funcionalidade que permita ao operador informar a placa do veículo ao qual o tíquete eletrônico será vinculado após efetivação da compra.		
7	A solução deverá possuir funcionalidade que apresente em tela todas as tarifas utilizadas pelo sistema de estacionamento rotativo regulamentado (conforme legislação municipal vigente e futuras atualizações), configuradas previamente no sistema de gestão.		
8	O tíquete eletrônico impresso pela solução deverá possuir no mínimo as seguintes informações: número de identificação do		

	tíquete, data e hora da efetivação da venda, placa do veículo, valor pago pelo tíquete eletrônico, tempo permitido para utilização do estacionamento rotativo regulamentado.		
9	A solução deverá possuir funcionalidade que permita a regularização do Aviso de Tolerância, sendo respeitado o prazo máximo para regularização estipulada na legislação municipal vigente.		
10	A solução deverá possuir funcionalidade que imprima os recibos de pagamento dos Aviso de Tolerância logo após a efetivação do pagamento.		
11	O recibo de regularização impresso pela solução deverá possuir no mínimo as seguintes informações: número de Identificação do recibo, data da efetivação do pagamento, placa do veículo, valor pago, código de identificação do Aviso de Tolerância, data do Aviso de Tolerância.		
23.2. APLICATIVO DE “SMARTPHONE” PARA USUÁRIO			
1	O aplicativo deverá possuir compatibilidade mínima com sistemas Android e IOS, devendo ser disponibilizado gratuitamente nas lojas virtuais (Play Store e Apple Store) para ser baixado pelo usuário, para que após cadastro, possa efetuar a compra de créditos e utilização dos mesmos no estacionamento rotativo. O aplicativo deverá ser integrado aos demais sistemas/equipamentos para operação e fiscalização do estacionamento rotativo, permitindo que os mesmos obtenham a informação referente aos veículos que efetuem a compra e utilização dos tíquetes.		
2	O aplicativo deverá permitir ao usuário verificar a situação do veículo estacionado com tíquetes comprados, o status e o tempo remanescente de estacionamento. O tempo remanescente de estacionamento deverá ser apresentado de forma decrescente.		
3	O aplicativo deverá enviar alerta para os usuários quando o tempo contratado de estacionamento estiver prestes a expirar, conforme configurado, permitindo a ativação de mais créditos.		
4	O aplicativo deverá permitir que o usuário consulte através de seu aplicativo o histórico de utilização dos créditos, contendo data/hora do evento, placa, código identificador da operação, valor envolvido na utilização dos serviços, créditos e débitos.		
5	O aplicativo deverá permitir que o pagamento pelo usuário seja realizado pelo menos através de cartões de crédito, débito, boleto bancário e PIX.		
6	Para a aquisição dos créditos eletrônicos pré-pagos, o aplicativo deverá dispor de pagamentos pelo menos através de cartão de crédito, débito, boleto bancário e Pix, sendo a CONCESSIONÁRIA responsável pela integração junto ao gateway de pagamento.		

7	O aplicativo deverá ter a opção para o usuário estornar o crédito pago e não utilizado na permanência do veículo estacionado, limitado à utilização mínima de 30 minutos (troco digital).		
8	O aplicativo deverá disponibilizar a aquisição de tempo de estacionamento, no mínimo, com as opções de 60, 90 e 120 minutos. Após a confirmação do tempo e a validação pelo aplicativo, deverá ser informado ao usuário o horário final do estacionamento.		
9	O aplicativo deverá permitir a verificação das vagas disponíveis para estacionamento em mapa. As informações das vagas disponíveis serão obtidas através da fiscalização realizada pelo veículo do videomonitoramento com OCR. O mapa deverá distinguir as vagas de idosos, deficientes e vagas remuneradas de estacionamento rotativo.		
10	O cadastro de usuários deverá conter os seguintes dados mínimos: e-mail do usuário, senha de cadastramento (fornecida no ato da habilitação do cadastro no APP a ser confirmada por e-mail), CPF, nome completo, endereço e telefone/celular. O usuário poderá, no ato do cadastro inicial, incluir o veículo ou optar por incluir futuramente.		
11	O usuário poderá efetuar o cadastro de ilimitados veículos, através do fornecimento da placa, categoria do veículo e uma descrição do mesmo. Deverá existir opção no cadastro de veículos para que o usuário possa marcar o mesmo como favorito. O veículo marcado como favorito deverá aparecer pré-selecionado no momento de uma ativação de tíquete pelo usuário.		
12	O aplicativo deverá prever a abertura de uma conta no sistema, obrigatoriamente com CPF e um telefone do titular da conta pré-paga. O sistema deverá fornecer aos usuários os históricos de todas as operações realizadas.		
13	O aplicativo deverá possibilitar o pagamento do AT e apresentar as pendências de estacionamento para placas cadastradas, informando a data e hora da notificação e o valor a ser pago.		
14	O aplicativo deverá permitir o cadastro dos cartões de crédito e débito do usuário, facilitando futuras novas compras de créditos. O sistema deverá possuir elementos de segurança que impeçam a utilização indevida dos cartões cadastrados.		
15	O aplicativo deverá possuir uma sessão com todas as regras sobre o uso do sistema de estacionamento rotativo, uma sessão com as principais dúvidas, além de informações sobre o canal de comunicação com o usuário através de e-mail, telefone fixo e/ou Internet.		
23.4. TERMINAL DE AUTO ATENDIMENTO DO TIPO TOTEM			

1	Terminal de auto atendimento do tipo totem, deverão possuir estruturas bem acabadas, a exemplo de aço-carbono com tratamento anticorrosivo e pintura eletrostática, ou similares		
2	O sistema informatizado embarcado no totem deverá ser desenvolvido para essa finalidade, de fácil operação, sem a necessidade da utilização de mouse ou teclado físico, sendo o acesso através da tela “touchscreen” de no mínimo 21”, impressora térmica para impressão dos recibos das operações, com resolução de impressão de 203 dpi x 203 dpi, velocidade de 200 mm/s, pelo menos, computador com processador mínimo similar ao Core i5 10ª Geração i5-10400F 2.9GHz, 8 GB de memória RAM, 120 Gb de HD SSD, licença de Windows. Não serão aceitos links para web-site que não forem desenvolvidos para este fim.		
3	A solução deverá receber pagamentos pelo menos através de cartões de débito, crédito e Pix.		
4	O totem deverá possuir impressora para impressão dos recibos das operações.		
5	Compra e ativação de tiquete para o veículo, mediante a informação da placa pelo informado pelo usuário.		
6	Regularização do Aviso de Tolerância, mediante a informação da identificação do aviso.		
7	Compra de créditos para utilização no aplicativo para usuário do Estacionamento Rotativo, mediante a informação do CPF ou E-mail pelo usuário.		
8	O comprovante emitido pela solução deverá possuir no mínimo as seguintes informações: número de identificação do tiquete, data e hora da efetivação da venda, placa do veículo, valor pago pelo tiquete eletrônico, tempo permitido para utilização do estacionamento rotativo regulamentado.		
23.5. TERMINAL PORTÁTIL ATRAVÉS DOS COLABORADORES DA CONCESSIONÁRIA			
1	O equipamento deverá aceitar as principais bandeiras de cartão e permitir o pagamento através de cartão de crédito, débito, por aproximação (NFC), Pix.		
2	O equipamento deverá conter a opção para pagamento do AT.		
3	A solução deverá permitir envio gratuito do comprovante por SMS informado pelo usuário.		
4	O comprovante emitido pela solução deverá possuir no mínimo as seguintes informações: número de identificação do tiquete, data e hora da efetivação da venda, placa do veículo, valor pago pelo tiquete eletrônico, tempo permitido para utilização do estacionamento rotativo regulamentado.		
5	O equipamento deverá possuir impressora térmica acoplada, com especificação mínima necessária para o bom funcionamento.		
6	O equipamento deverá possuir as seguintes especificações técnicas mínimas similares: processador Quad Core 1.00 GHz, memória flash 16GB, RAM 2GB, tela com 4.0 polegadas com capacidade touchscreen, velocidade de Impressão de 75mm/s,		

	bobina de impressão de no mínimo 40mm, conectividade 4G ou superior, wireless, bateria de 5000 mAh, sistema operacional Android.		
23.6. PLATAFORMA DE 0800/SMS			
1	Por meio de ligação gratuita via 0800 ou envio de SMS gratuito, o usuário poderá ativar seu tempo de permanência de forma autônoma e sem necessidade de Internet ou de realizar o download de aplicativo.		
2	Plataformas de 0800 - SMS deverão receber o pagamento através do saldo da conta pré-paga.		
3	Uma vez cadastrado no APP o usuário terá a opção de aquisição dos tíquetes de estacionamento através de ligação 0800.		
4	O atendimento deverá ser do tipo eletrônico automatizado – URA - Unidade de Resposta Audível, possibilitando ao usuário a aquisição do tíquete de estacionamento.		
5	Uma vez cadastrado no APP, o usuário terá a opção de aquisição dos tíquetes de estacionamento por envio de SMS – Short Message Service.		
23.7. CARTÃO DE ESTACIONAMENTO - SMARTCARD			
1	Os créditos de estacionamento deverão sempre ser carregados nos cartões inteligentes utilizando os parquímetros. A solução deverá disponibilizar consulta de saldo e extrato via site web.		
23.8. PARQUÍMETROS			
1	Deverão receber o pagamento através de cartões de crédito e de débito (por inserção do cartão/senha, no mínimo nas bandeiras Visa e Mastercard), cartão eletrônico recarregável, transação via PIX e todas as moedas nacionais em circulação, à exceção da moeda de um centavo.		
2	Deverão permitir a emissão de comprovantes de estacionamento impresso e via SMS.		
3	Oferecer a opção para o usuário estornar o crédito pago e não utilizado na permanência no cartão eletrônico recarregável, limitado a utilização mínima de 30 minutos (troco digital).		
4	Possuir display para orientação dos usuários e teclado alfanumérico para inserção de dados, ou tela touchscreen.		
5	Possuir alimentação de energia autônoma, através de baterias e/ou painel solar, não podendo em hipótese nenhuma estar ligado a uma fonte externa de alimentação energética.		
6	Os equipamentos deverão funcionar utilizando comunicação wifi, rede móvel ou tecnologia similar. Deverão ter software embarcado que comunique com o sistema de gestão integrada do estacionamento rotativo em tempo real. Todos os comprovantes emitidos devem ser impressos em papel.		

23.11. CÂMERAS PARA FUNCIONAMENTO EMBARCADO EM VEÍCULOS PARA O VIDEOMONITORAMENTO			
1	O conjunto deverá contar com uma interface para o operador, através de um dispositivo do tipo tablet, notebook ou similar, que permita a visualização da operação, ajustes e monitoramento no interior do veículo, dotado ainda de sistema/cabos de alimentação de energia e comunicação para operação ininterrupta durante todo o período de uso do veículo.		
2	O equipamento e todos os acessórios embarcados deverão ser alimentados diretamente pela energia elétrica fornecida pelo próprio veículo automotor, sem a necessidade de alimentação externa ou estranha ao veículo.		
3	O equipamento de captura de imagens deverá possibilitar a captura e leitura das placas dos veículos estacionados em ambos os lados da via e em qualquer sentido.		
4	O sistema deverá possibilitar segurança na leitura das placas, inclusive no novo formato MERCOSUL.		
5	A solução deverá identificar os veículos que estão com ativação e pagamento pelo uso das vagas em situação regular ou não.		
6	Deve ser possível criar uma lista de veículos isentos de pagamento, conforme legislação específica, veículos suspeitos ou procurados e emitir um alerta, possibilitando o cruzamento de informações, auxiliando a segurança pública por meio de integração de sistemas a serem objetos de convênios pelo PODER CONCEDENTE.		
7	O veículo com sistema por meio de tecnologia OCR/LPR deverá apontar e identificar automaticamente e individualmente as vagas regulares e especiais, diferenciando-as entre as demais dentro do mesmo perímetro, para o correto e devido monitoramento e fiscalização da área regulamentada.		
8	Veículo para videomonitoramento		
9	Sinalizador visual de serviço em LED, cor amarelo âmbar, conforme norma Contran.		
Aprovado?			

Araçatuba, 21 de maio de 2026.

Júlio César dos Santos
Secretário Municipal de Segurança e Mobilidade Urbana

Carlos César Costa
CREA/SP 5060082025
Engenheiro Eletricista da Prefeitura de Araçatuba
Dirigente Administrativo
Planejamento e Engenharia da Secretaria de Mobilidade